

**COMISSÃO DA VERDADE**

**PRESIDENTE**

**DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT**

**12/04/2013**

**COMISSÃO DA VERDADE.**

**BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.**

**12/04/2013**

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Bom dia a todos. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. Audiência pública sobre os casos dos guerrilheiros desaparecidos no Araguaia. Está instalada a 31ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, no dia 12 de abril de 2013 na Assembleia Legislativa no auditório Teotônio Vilela para oitiva do depoimento sobre os casos dos guerrilheiros desaparecidos no Araguaia, nascidos em São Paulo ou que tiveram atuação política principalmente nesse Estado. São eles Antonio Guilherme Ribeiro Ribas, Gilberto Olimpio Maria, Miguel Pereira dos Santos, Manoel José Nurques, Orlando Momento, Silon da Cunha Brum, Pedro Alexandrino de Oliveira Filho, Jaime Petit da Silva, Lucio Petit da Silva.

Então, hoje abordaremos as biografias e os casos dos guerrilheiros que tiveram algum vínculo com São Paulo. Ou nascidos aqui ou militância política. Esclarecemos ainda que a Comissão da Verdade pretende realizar todas as audiências abertas ao público. Primeiro vamos passar o vídeo. Que vídeo nós vamos passar?

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES –** Bom dia. Esse vídeo faz parte da campanha em defesa do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. É um vídeo feito pela CEGIL, é uma ONG que defende o sistema internacional de direitos humanos e só foi, essa campanha só tem sido veiculada na TV Cultura. E como foram os familiares da guerrilha do Araguaia, foram os primeiros e me parece que únicos, que fizeram a ação tanto interna quanto internacional para exigir que o Estado brasileiro

localizasse os desaparecidos políticos, esclarecesse os casos e responsabilizasse os agentes do Estado que fizeram, que cometeram o crime de desaparecimento forçado. E conseguiram a condenação do Estado brasileiro em função dessa ação. Então, por isso que a gente pediu para passar o vídeo.

\* \* \*

É FEITA A EXIBIÇÃO DO VÍDEO.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Vocês pegam da tela o texto.

**A SRA. THAÍS BARRETO** – Bom dia a todos. Meu nome é Thais Barreto. Vou ler primeiro a mini biografia do Antonio Guilherme Ribeiro Ribas. Nome completo, Antonio Guilherme Ribeiro Ribas Ferreira, desaparecido em 28 ou 29 de novembro de 1973. Data de nascimento, 20 de setembro de 1946. Local de nascimento, São Paulo. Organização política, PCdoB. Dados biográficos. Estudou até o 3º colegial do Colégio Estadual Basílio Machado e foi Presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas, UPES, em 1967. Dados sobre sua prisão e desaparecimento.

Foi detido em sete de setembro de 1968 pelo Dops durante manifestação contra a presença do então Presidente General Costa e Silva em solenidade pelo Dia da Independência. Ficou preso por 34 dias nas dependências do antigo presídio Tiradentes sendo solto por meio de um habeas corpus. Foi detido novamente no 30º Congresso da UNE ocorrido em outubro de 1968 em Ibiúna, São Paulo. E condenado pela 2ª

Auditoria da Justiça Militar de São Paulo a um ano e seis meses de prisão. Esteve em vários presídios, Tiradentes, duas vezes, delegacia da Rua 11 de Junho na Vila Mariana, Quartel do Batalhão dos Caçadores, em São Vicente, Forte de Itaipu, Praia Grande, Casa de Detenção de São Paulo, e Quartel de Quitauna de Osasco. Nesse período, seus parentes sofreram violências e abusos por parte de policiais. Libertado em abril de 1970, passou a morar em Duque de Caxias no Rio de Janeiro onde continuou sua militância política no final do ano. Mudou para a região do Vale da Gameleira, próximo ao rio Araguaia no sudeste do Pará. Antes teve um último encontro com o irmão, Dalmo Ribas. A família, porém só voltaria a ter notícias suas em 1973 por meio de Francisco Romanini, detido pelo DOI-CODI de São Paulo que ouvira falar de suas atividades na guerrilha. Em 1975 julgado a revelia foi absolvido. Seus parentes investigaram o caso em parceria com o Comitê Brasileiro Pela Anistia em São Paulo com o objetivo de encontrar o corpo e esclarecer a verdade. Para isso, o seu irmão Dalmo Ribas esteve no Quartel General do 2º Exército no bairro de Ibirapuera em São Paulo, na tentativa de falar com o Comandante General Dilermando Monteiro. Como não conseguiu ser recebido, falou com o Tenente Coronel Pinheiro, uma espécie de relações públicas, e o militar garantiu que o assunto era reservado mesmo dentro do próprio Exército e que nem com comandante teria acesso a informações afetas exclusivamente a Brasília. Sugeriu apenas que não procurasse maiores esclarecimentos.

Segundo o Relatório Arroyo, escrito pelo dirigente do PCdoB Ângelo Arroyo que escapou do cerco militar da região da guerrilha do Araguaia em 1964, consta que no dia 28 ou 29 de novembro o grupo dirigido pelo Simão, Cilon da Cunha Brum acampou nas cabeceiras da grota do nascimento. Nesse mesmo local o destacamento B havia acampado há meses atrás. (ininteligível) ficou na guarda. Jaime foi catar babaçu e Chico, Adriano Fonseca Filho e Toninho, camponês da região, foram procurar jabuti em uma gameleira próxima. Chico recebeu um tiro caindo morto. Eram 17 horas. Em seguida ouviram-se mais seis tiros. O grupo levantou acampamento imediatamente. Deixando, no entanto as mochilas, as panelas, os bornais. O Doca, Daniel Calado, deixou o seu revólver que estava consertando no momento da saída. Jaime e Ferreira ficaram desligados do grupo, e desde então estão desaparecidos.

**A SRA. VIVIAN MENDES** – Bom dia a todos e todas. Sou Vivian Mendes, sou assessora da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. Vou ler o memorial do Cilon da Cunha Brum, conhecido como Comprido, Simão, morto em 27 de fevereiro de 1974.

Dados pessoais, Cilon da Cunha Brum, nascido em três de fevereiro de 1946, em São Sepé, Rio Grande do Sul, Brasil. militou na organização política PCdoB. Dados biográficos, nasceu em três de fevereiro de 46 em São Sepé, filho de Lino Brum e Heloá Cunha Brum. Desaparecido em 27 de fevereiro de 1974, militante e integrante do destacamento C da guerrilha do Araguaia. Iniciou seus estudos no Rio Grande do Sul mudando-se posteriormente para São Paulo onde ingressou posteriormente no curso de economia da PUC. Participava ativamente do movimento estudantil, tendo sido eleito Presidente do diretório acadêmico e membro da diretoria do DCE da PUC. Teve seu último contato com a família em junho de 1970 quando esteve em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e revelou para os seus irmãos que estava sendo perseguido pela repressão política e que poderia ser preso a qualquer momento. Foi viver em uma região próxima ao rio Araguaia, onde participou do movimento guerrilheiro organizado pelo PCdoB. No Relatório Arroyo, documento escrito pelo dirigente Ângelo Arroyo que escapou do cerco militar a região da guerrilha em 74 informa-se que em 30 de dezembro de 73 Cilon estava vivo.

Dados sobre sua morte e desaparecimento. O relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao Ministro da Justiça Mauricio Correia em 1993 afirma que ele participou de um combate próximo a Couro D'Antas, regimento do Exército, resultando em um morto e outro ferido. Segundo documento citado em fevereiro de 1974 foi morto por terroristas quando era escoltado, tendo a ação característica de justicamento. Essa certamente é a versão dos militares para execução de presos. No relatório da Marinha de 1993 temos 'novembro de 74 relacionado entre os que estiveram ligados a tentativa de implantação da guerrilha rural levada a efeito pelo comitê central do PCdoB em Xambioá, morto em 27 de fevereiro de 74'.

Pedro Ribeiro Alves, ex-guia do Exército conhecido como Pedro Galego deu o seguinte depoimento ao Ministério Público Federal de 19 de junho de 2001 'se recorda

de haver visto no acampamento do Exército em Xambioá os guerrilheiros Batista, Áurea, Simão que seria o Cilon da Cunha Brum e Josias em artigo assinado pelo jornalista Vasconcelos Quadros, publicado no jornal No Mínimo de 20 de janeiro de 2005 consta a seguinte informação, Jonas, Josias Gonçalves de Souza, camponês que participou da guerrilha e está vivo conta ter convivido na base militar de Xambioá com outros dois guerrilheiros que estão desaparecidos. Um deles foi Cilon da Cunha Brum conhecido como Comprido ou Simão, natural de São Sepé no Rio Grande do Sul. Ex-estudante de economia da PUC. Preso e desaparecido desde o natal de 1973.

Suely Yomiko Kanayama, a Chica, paulista de Coronel Macedo, ex-estudante de licenciatura de língua portuguesa e germânica da USP, também faz parte das memórias de Jonas. O relatório parcial sobre a investigação das guerrilhas do Araguaia, do Ministério Público Federal de janeiro de 2002 informa ‘Simão, Cilon da Cunha Brum foi visto na base de Xambioá’. Seu nome consta na lista de desaparecidos políticos do anexo Um da Lei 9.140/95, na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos seu caso foi protocolado com o número 86/96. Em sua homenagem as cidades de São Paulo e Campinas deram seu nome a ruas situadas no bairro Cidade Ademar e Vila Esperança, respectivamente. Na sua cidade natal, São Sepé, seu nome foi colocado em uma praça. Essas informações foram extraídas do dossiê ditadura, mortos e desaparecidos políticos do Brasil de 64 a 85 do IEVE.

**A SRA. THAÍS BARRETO** – Agora vamos ver aqui o Gilberto Olimpio Maria, conhecido como Pedro desaparecido em 25 de dezembro de 1973. Data de nascimento, 11 de março de 1942, local de nascimento, Mirassol, São Paulo. Organização política, PCdoB. Dados biográficos, Gilberto nasceu em 11 de março de 1942 em Mirassol, São Paulo. Filho de Antonio Olimpio Maria e Rosa Cabana Maria, mudou-se para a capital paulista onde estudou no Colégio Sarmiento. Ingressou primeiro no PCB e depois passou a ser do PCdoB. Em 1961 ele viajou para Tchecoslováquia para estudar engenharia. Dois anos depois retornou ao Brasil com Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, desaparecido em 1974, de quem se tornou amigo. Trabalhou no jornal A Classe Operária, periódico clandestino editado pelo PCdoB até o golpe militar em abril

de 1974 quando passou a viver clandestinamente. Em 30 de dezembro de 1974, casou-se com Vitória Grabois, em Araraquara, São Paulo. Em seguida mudaram para Guaratinga, Mato Grosso. Lá, com Paulo Mendes Rodrigues, desaparecido no mesmo dia e Osvaldão, tentaram organizar as forças guerrilheiras e a resistência à ditadura junto aos camponeses. Em 1975 foram obrigados a abandonar o trabalho por problemas de segurança. Em 1976 nasceu o seu filho Igor. Nesse mesmo ano viajou para a China onde realizou o treinamento de guerrilha. Retornando ao Brasil, morou em diversos locais do interior do país. Inclusive em Porto Franco, Maranhão, com João Carlos Ra Sobrinho, desaparecido em 1972, com quem se mudou mais tarde para a região de Caianos, região próxima ao Araguaia, no sudeste do Pará.

Era conhecido como Pedro. Na guerrilha atuava na Comissão Militar e posteriormente foi comandante no destacamento C com Lindalva Monteiro Teixeira, a Dinha, desaparecida em junho de 1974. Com Paulo Rodrigues e outros companheiros fundou o povoado de São João dos Perdidos, distrito de Conceição do Araguaia, Pará. Dados sobre sua morte, o Relatório Arroyo escrito pelo dirigente do PCdoB Ângelo Arroyo que escapou do cerco militar na região da guerrilha do Araguaia em 1974 descreveu o massacre do natal de 1973. 'Quando já estavam a mais ou menos um quilometro do acampamento às 11 horas e 25 minutos da manhã de 25 de dezembro de 1973 ouviram um cerrado tiroteio, encontraram-se logo depois com Áurea Pereira de Aragão e Peri de Oliveira, que vinham apanhá-los para o acampamento. Os dois afirmaram que o tiroteio tinha sido no rumo do acampamento. Cinco minutos depois do tiroteio dois helicópteros e um avião começaram a sobrevoar a área onde houvera o tiroteio, e continuaram durante todo o dia na operação. Dois helicópteros grandes fizeram duas viagens. Da base do Manoel Ferreira a uns cinco quilômetros até o local do tiroteio. Tinha-se a impressão de que ou estavam levando mais tropas, ou estavam retirando mortos e feridos do local. Jota, Ângelo Arroyo e seus companheiros – eram oito – afastaram-se do local mais ou menos um quilometro. No dia seguinte, 26 de dezembro, foram a uma referência para um encontro em um local próximo. Aí encontraram os companheiros Osvaldo, Lia que é a Telma Regina Cordeiro Correia, Batista, Uiraçu de Alcides Batista, e Lauro custódio Saraiva. Osvaldo informou o seguinte, que o grosso da força havia acampado dia 24, mas percebeu que estava perto da estrada. Dia 25 pela manhã afastaram-se uns 100 metros de onde se achavam

designando alguns companheiros para limpar e camuflar o local em que estiveram. Os membros da Comissão Militar e sua guarda ficaram em um ponto mais alto do terreno e os demais ficaram na parte de baixo.

Na hora do tiroteio haviam 15 companheiros no acampamento. Mário, Mauricio Grabois, Paulo, Pedro, que é o Gilberto Olimpio Maria, Jota, (ininteligível) Tuca, Luiza Augusta Garlippe, Dina e Dinalva Oliveira Teixeira. Luiz, Guilherme Gomes Luz. Na parte alta embaixo, Zeca, José Alberto Bronca, Lourival Correia, Doca, Daniel Calhardo e Raul Antonio Teodoro de Castro, estavam ralando coco babaçu para comer. Lia e Laura faziam guarda, Osvaldo e Batista realizaram a camuflagem.

Reportagem do jornal O Estado de São Paulo, veiculada em sua edição de 10 de outubro de 1982 publicou a foto de alguns cadáveres, dois dos quais seriam Gilberto Olimpio e Mauricio Grabois, que teriam sido mortos em 24 de dezembro de 1973. Durante o confronto com uma patrulha na região de Marabá, Pará e Xambioá, Goiânia, atual Tocantins. De acordo com o texto, os corpos seriam enterrados no local em face de dificuldade de transporte no interior da selva. Consta na matéria ‘ Mauricio Grabois não desapareceu, está morto. Grabois ou Abel, Chico, velho ou velho Mário foi morto no início de tarde chuvosa da véspera de natal de 73, em confronto com uma patrulha do Exército composta por três militares e dois mateiros, durante uma emboscada no interior da selva entre Marabá e Xambioá. Aos 61 anos, Grabois foi morto atingido por balas de fuzil FAL ao lado de três companheiros da Comissão Militar da força guerrilheira do Araguaia. Eram eles Gilberto Olímpio Maria, Pedro Gil, Paulo Henrique Milhomens, e Guilherme Luiz. Gilberto era o genro de Grabois que também perdeu um filho na guerrilha, o Andre, conhecido por José Carlos. E acrescenta, um militar que combateu em Xambioá, detentor de vasta folha de serviços prestados de combate à subversão principalmente a guerrilha rural, dá o seu testemunho sobre a morte de Mauricio Grabois e seus três companheiros, na véspera de natal de 1973. Eles emboscaram uma patrulha do Exército que era composta de cinco homens, sendo três militares e dois mateiros. Estavam armados de revolveres calibre 38 e armas de caça improvisadas. O confronto ocorreu entre Marabá e Xambioá na margem esquerda do Araguaia. Era aproximadamente meio dia. Eles estavam reunidos em discussão quando a patrulha foi pressentida e sua aproximação avisada pelos seus vigias. Embora a patrulha fosse construída de pequeno número, era de gente altamente qualificada e ainda contava com

o reforço de elementos locais que serviam de batedores, de guias recrutados na população voluntariamente. O combatente faz pequena pausa, retira-se e apanha slides em seu arquivo em meio a outros documentos e apontamentos contra a guerrilha do Araguaia. Levanta os slides contra a luz que atravessa a vidraça separam deles e retomam a narrativa. Aqui está a prova. Os quatro caíram no mesmo choque com a patrulha. Morreram no impacto de fuzis automáticos FAL. Foram os próprios mateiros que imediatamente identificaram os mortos. Mais tarde, Grabois foi reconhecido com a ajuda de um álbum de fotografia terroristas procurados. Eles foram sepultados no mesmo local com nomes falsos. Os codinomes eram conhecidos no local da guerrilha. Os codinomes locais, a floresta densa, sem vias de comunicação, alta temperatura e umidade, faziam com que os corpos se decompusessem com rapidez, o que impedia a remoção para áreas mais distantes. Nunca soube dessa história de que os restos mortais desses terroristas foram desenterrados para cremação dos esqueletos’.

Agentes policiais envolvidos e publicações. Curió, Sebastião de Moura Rodrigues, em reportagem do SBT em julho de 1996 faz referência a um combate a 10 guerrilheiros no começo da terceira campanha na localidade de São Rome, onde quatro deles morreram. Por ser o combate de 24 ou 25 de dezembro de 1973, o local pode ser descrito, pois São Rome ficava a cerca de seis quilômetros da Fazenda Consolação, e quatro quilômetros distante do Rio Saranzal. Por ser que alguns tenham sido presos, outros escaparam e provavelmente quatro tenham sido mortos no local. O Jornal do Brasil de 24 de março de 1992 diz o ataque ao acampamento de Grabois no dia do natal foi talvez a maior força militar das forças armadas durante a guerra suja do Araguaia. Uma patrulha com 15 soldados armados com metralhadoras e fuzis, liderada pelo Capitão Sebastião de Moura Rodrigues, o Curió, o centro de informações do Exército conseguiu descobrir o local que Mauricio Grabois havia escolhido. O ataque somente não alcançou maior êxito porque segundo um relato de militar que participou da operação, um dos soldados assustou-se com uma cobra surucucu, fez barulho e despertou a atenção dos guerrilheiros. Mesmo assim, o objetivo da operação foi alcançado. Centenas de tiros de metralhadoras e fuzis foram disparados contra guerrilheiros no meio da floresta. No ataque morreram ainda Paulo Mendes Rodrigues, chefe da coluna B da guerrilha, Olímpio, técnico industrial e casado com a filha de

Grabois, e Guilherme Gomes Brum, estudante de arquitetura na Universidade Federal do Rio de Janeiro na clandestinidade desde 1968.

O Oficial que presenciou a morte de Grabois, porém, garante que houve somente quatro mortes no ataque no dia do natal de 73. A morte de Gilberto Olímpio segundo Vitória Grabois, foi reconhecida pela Juíza da 4º Vara de Sucessão de Órfãos do Rio de Janeiro a partir da solicitação de um atestado de ausência feito por ela com base na Lei da Anistia de 1979, na sentença a Juíza reconhece a morte de Gilberto no dia 25/12 de 1973 com base em foto publicada no jornal o Estado de São Paulo onde aparece o corpo do Gilberto ao lado do Mauricio Grabois, e também respaldado no depoimento prestado por guerrilheiros do Araguaia.

Documentos oficiais. O relatório do Ministério do Exército encaminhado ao Ministro da Justiça Mauricio Correia em 1993 afirma que ‘em matéria do jornal Estado de São Paulo vinculado em sua edição de 10 de outubro de 1972, publicou foto de alguns cadáveres, dois dos quais seria o do denominado Gilberto Olímpio Maria e o de Mauricio Grabois, que seria morto no dia 24 de dezembro de 1973 durante confronto com patrulha na região de Marabá, Pará e Xambioá. De acordo com o texto, os corpos teriam sido enterrados no local em face de dificuldade de transporte no interior da selva.

No relatório do Ministério da Marinha da mesma época, diz que Gilberto Olímpio Maria, Roberto Mendes Nunes e Mauricio Grabois foram mortos em 25 de dezembro de 1973.

Providências posteriores. Em 1980 os familiares de desaparecidos da Guerrilha do Araguaia organizaram uma caravana na região e estiveram no local buscando informações, sendo recebidos com honrarias e carinho, prova da estima que gozavam na região. A cidade do Estado de São Paulo homenageou (ininteligível) bairro Recreio dos Bandeirantes. Seu nome consta também na lista de desaparecidos políticos do anexo Um da Lei 9145 da lista de desaparecidos políticos. Na Comissão de Mortos e Desaparecidos, o caso de Gilberto foi protocolado com o número 242/96. A fonte das informações são do dossiê ditadura, mortos e desaparecidos políticos do Brasil.

**O SR. RENAN QUINALHA** – Bom dia a todos e todas. Eu sou o Renan, trabalho também na assessoria da Comissão. Vou ler os memoriais dos irmãos Petit. Só esclarecendo, apesar de ser cansativa essa leitura de memoriais, é importante para documentar a busca que já foi feita pelos familiares até hoje e para que todos conheçam também os casos que estão sendo tratados, uma introdução também.

O Jaime Petit da Silva nasceu em 18 de junho de 45 em Iacanga, São Paulo no Brasil, a organização política em que ele militava era o PCdoB. Ele foi desaparecido em 28 ou 29 de novembro de 1973. O Jaime Petit da Silva nasceu em 18 de junho de 45 em Iacanga, filho de José Bernardino da Silva e Julieta Petit da Silva. Estudou em Amparo e Duartina no Estado de São Paulo. Muito cedo perdeu o pai sendo obrigado a trabalhar. Morou e estudou também no Rio de Janeiro. Em 1972 foi para Itajubá em Minas Gerais, morar com o seu irmão Lucio. Em 1965 ingressou no Instituto Eletrotécnico de Engenharia da Faculdade Federal de Itajubá e trabalhou como Professor de Matemática e Física em Itajubá e Brasópolis, em Minas Gerais. Lá se casou. Participava ativamente do movimento estudantil. Em 1968 foi eleito Presidente do diretório acadêmico. Nesse mesmo ano em outubro participou do 30º Congresso da UNE em Ibiúna, quando foi preso. Condenado a reclusão em 69 foi obrigado a abandonar o curso de engenharia. Passou a viver clandestinamente no interior passando ao curso de eletricitista. Posteriormente mudou-se para a faculdade de Caianos, no sudeste do Pará onde residiam seus irmãos Lucio e Maria Lucia, também desaparecidos durante a guerrilha integrando-se ao Destacamento B das forças guerrilheiras do Araguaia. Dados sobre sua morte, segundo o Relatório Arroyo do diligente do PCdoB Ângelo Arroyo, que escapou do cerco militar da região da guerrilha do Araguaia em 74, 'no dia 28 ou 29 de novembro, o grupo dirigido pelo Simão que é o Cilon da Cunha Brum, oito companheiros acampou nas cabeceiras da grotta do nascimento, nesse mesmo local o destacamento B já havia acampado meses atrás. Ferreira, que é Antonio Guilherme Ribas, ficou na guarda, Jaime foi catar babaçu, Chico que era Adriano Fonseca Filho e Toninho, que é um camponês da região foram procurar jabuti em uma gameleira próxima. Chico recebeu um tiro caindo morto. Eram 17 horas. Em seguida ouviram-se mais 16 tiros. O grupo levantou acampamento imediatamente deixando, no entanto as mochilas, panelas e bornais. O Doca, que é o Daniel Calado deixou o revolver que estava consertando no momento da saída, Jaime e Ferreira ficaram desligados do grupo,

e desde então estão desaparecidos. Documentos oficiais, a respeito de Jaime o relatório do Ministério do Exército encaminhado ao Ministro da Justiça Maurício Correia em 93 disse que 'existe registro de sua morte em 22 de dezembro de 73' sem especificar as circunstâncias e o local do sepultamento. De acordo com o relatório do Ministério da Marinha do mesmo ano, ele foi morto em 22 de dezembro de 73, nas fichas entregues anonimamente a um militar do Jornal o Globo em 1996 consta a seguinte informação sobre Jaime. 'Morto em 22 de dezembro de 73 pela equipe Z11 na Grota do Cajá. Depoimento de testemunhas. Em depoimento ao Ministério Público Federal em 2001 o ex guia do Exército Sinésio Martins Ribeiro afirmou, 'Josias entregou um local na mata que era ponto de encontro dos guerrilheiros caso se perdessem após algum tiroteio com o Exército. Quem levou os guias ao local foi o próprio Josias. Que apontou ao (ininteligível) e errou, e que não atirou mais porque a bala engasgou na arma. Que a seguir a equipe atirou muito, a mata ficou cheia de fumaça, que quando abaixou a fumaça, Piauí foi de rastro e pediu aos outros para darem tiros compassados por cima dele. Que quando Piauí chegou, constatou que Jaime estava morto. Que ele tinha um pouco de milho e de sal, uma colher, uma lata de óleo para cozinhar, e um moinho de moer milho. Não tinha camisa e a calça estava toda esfarrapada. Que as pernas estavam cheias de feridas de lincho, que ele estava muito magro, tinha cinco ou seis cartuchos de bala, ele foi atingido por muitas balas de FAL, foi atingido no braço e quebrou o relógio. Ele tinha documento de identidade, tiraram ele da cabana e desceram ele até o pé do morro, onde retiraram a cabeça. Que a cabeça foi colocada em um saco plástico e foi levada na mochila do baixinho, que é o Raimundo, que tiraram a cabeça, não tinham como cavar a cova, cavaram uma cova rasa, que colocaram sobre o corpo umas cunhas de coco, que foram a pé até a casa do Raimundo Galego, que lá já os esperava o Dr. Augusto, que trabalhava na Base de São Raimundo, como desceram ele do pé da cabana e acredita que tenha ficado a mochila com a cabeça de Jaime. Que isso ocorreu por volta de 15 dias após a morte do Chicão. Que o Jaime foi morto a aproximadamente cinco quilômetros da casa do Galego, próximo à grota do Ezequiel. Pedro ribeiro Alves, conhecido como Pedro Galego também prestou seu depoimento ao Ministério Público Federal em 2001 após ser intimado por ordem policial. Ele disse 'os militares chamaram os depoentes uma vez para irem à grota da boragiga porque lá se encontrava o corpo do guerrilheiro Jaime. E avisaram ao declarante que já tinham tirado a cabeça do morto, e que era para o declarante enterrar o corpo. Que quem comunicou isso ao declarante foi o

comandante Maurino, Militar do Exército que comandava um grupo de militares que andava pela mata. Que o comandante Paulino também mandou o declarante fazer guarda no local para ver se algum outro guerrilheiro apareceria. Que o declarante foi até o local e encontrou de fato um corpo sem a cabeça e pôde reconhecer como sendo corpo de Jaime, já que conheceu Jaime em vida e se tratava de uma pessoa de estatura baixa, moreno escuro tal qual o corpo estava no local. Que o declarante não sabia e não sabe como ocorreu a morte de Jaime, mas Sinésio participava do grupo de militares que mataram Jaime. Que o corpo de Jaime foi enterrado na grota da boragiga e hoje em dia fica no pasto da Fazenda Antonio Costa.

Providências posteriores. Em homenagem a Jaime a cidade de Campinas deu seu nome a uma rua, o mesmo foi feito na cidade de Belo Horizonte. Seu nome consta na lista de desaparecidos políticos, no Anexo Um da Lei 9145 de desaparecidos políticos; na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, o requerimento da família de Jaime Petit da Silva foi protocolado com o número 173/96. Informações tiradas do dossiê de mortos e desaparecidos do IEV, Comissão de Familiares.

Vou ler agora Lúcio Petit da Silva, também conhecido como Beto, desaparecido em 21 de abril de 1974. Lucio nasceu em 01/12/43 em Piratininga São Paulo, filho de José Bernardino da Silva e Julieta Petit da Silva. Coursou o primário em Amparo e o ginásial em Duartina, interior paulista. Por causa das dificuldades financeiras da família, começou a trabalhar muito cedo. Foi viver com um tio em Itajubá, Minas Gerais, onde terminou o colegial e cursou o superior no Instituto Eletrotécnico de Engenharia, fez parte do diretório acadêmico de sua faculdade, onde iniciou sua militância política encarregando-se no setor de escritura. Participou do Centro Popular de Cultura, o CPC da UNE, escrevia poemas e crônicas sobre os problemas sociais brasileiros para o jornal 'O Dínamo' do diretório acadêmico. Em 1965 trabalhou em São Paulo como engenheiro da Light, da Engemix e da Companhia Nativa em Campinas. Em meados de 70 abandonou o Estado e a cidade para continuar a luta política na região sudeste do Pará, região do PCdoB para iniciar a guerrilha do Araguaia. Lá já se encontravam a sua irmã Lucia e seu irmão Jaime, desaparecidos em 16/06/72 e no fim de novembro de 73 respectivamente. No campo destacou-se como excelente mateiro. Fez vários poemas de literatura, fez vários poemas e literatura de cordel que eram recitados entre os moradores da região e na cultura local. Tornou-se vice-comandante do destacamento A

Helenira Rezende, após a morte do comandante Andre Grabois em 73. Era conhecido como Beto, visto pela última vez por seus companheiros em 14 de janeiro de 74 após forte tiroteio com as forças armadas. Teresa Brás Rosa, Professora de fotografia de Lucio, buscou resgatar alguns de seus textos para lembrar a atuação literária do então aluno da EFEI. Dos trabalhos que ele deixou escritos, apenas duas crônicas foram encontradas, publicados no jornal acadêmico da EFEI, o Dínamo. Segundo informações obtidas pelo DEA pela Professora, (ininteligível) publicações de Lucio ‘foram apreendidas pelo batalhão de Itajubá nos anos 70’. Dados sobre sua morte.

De acordo com o Relatório Arroyo, documento escrito pelo dirigente Ângelo Arroyo que escapou do cerco militar na região da guerrilha em 74, dia 14 de janeiro de 74 acamparam próximo de uma capoeira abandonada, onde a casa do jogador foi atacada pelo Exército, ao amanhecer do dia 14 dois companheiros foram ver se conseguiam alguma mandioca. Às nove e meia quando estavam preparando alguma refeição, ouviram barulho estranho na mata. Ficaram de sobreaviso com as armas na mão.

Vinham então soldados que estavam seguindo rastros e passaram a uns 10 metros de onde os companheiros se encontravam. Os soldados atiravam, ouviram várias rajadas. Jota, Ângelo Arroyo, Zezinho, também conhecido como Helio Luiz Navarro de Magalhães escaparam por um lado. Não se sabe se os outros três, Piauí, que é Antonio de Pádua Costa, Beto que é Lucio Petit da Silva e Antonio, que é Antonio Ferreira Pinto também escaparam. Documentos oficiais. No relatório da Marinha a referência sobre Lucio Petit da Silva, onde se afirma que foi morto em março de 74.

Depoimento de testemunhas. Em depoimento prestado ao MPF em junho de 2001, Margarida Ferreira Felix afirmou ‘no dia 21 de abril de 74 os três últimos guerrilheiros foram presos na casa do Manezinho das duas, quando eles vieram pedir um pouco de sal. Que os guerrilheiros eram o Beto, que era o Lucio Petit da Silva, Antonio que é o Antonio Ferreira Pinto e Valdir, que é o Iraçu de Assis Batista. Que os soldados do Exército enganaram guerrilheiros simulando que estavam pousando helicóptero na casa da declarante, mas na verdade uma equipe de soldados foi para a casa do Manezinho das duas, e lá prenderam os três. Que o declarante ajudou a embarcar os três guerrilheiros vivos e um helicóptero do Exército. Seu marido, ex guia

do Exército Antonio Felix da Silva complementa, em abril de 74 poucos militares ainda andavam na mata. Que os militares achavam que apenas três ou quatro guerrilheiros estavam vivos. Que os militares pousaram em uma clareira perto de sua casa, e foram até a casa de Manezinho das duas, e se esconderam em um bananal próximo da casa. Que no dia seguinte pela manhã o declarante foi até a casa do Manezinho das duas, conforme determinação dos militares. Que lá chegando por volta das sete horas da manhã do dia 21 de abril de 74 o declarante viu Antonio, Valdir e Beto sentados em um banco na sala, com os pulsos amarrados para trás com uma corda fina, parecendo ser de nylon. Que o declarante viu um militar se comunicando pelo rádio, que por volta das nove horas da manhã chegou um helicóptero que levou os militares e os três prisioneiros, que o declarante apenas percebeu que Valdir estava ferido parecendo ferida de leishmaniose na batata da sua perna. Que atingia a metade da mesma tendo dificuldade de andar até o helicóptero. Conforme depoimento prestado ao Ministério Público Federal por Adalgisa Morais da Silva, os três guerrilheiros foram levados presos para a base militar de Bacaba, localizada próxima a São Domingos do Araguaia no Pará, as margens da Transamazônica onde foi construído um campo de torturas e um campo de concentração das forças armadas. E que se tornou também segundo moradores da região, um cemitério clandestino. A partir daí não se obteve mais nenhuma informação sobre o paradeiro dos três. Providências posteriores, o nome de Lucio Petit consta na lista de desaparecidos políticos do Anexo Um da Lei 9140 de 95. Em sua homenagem a cidade de Campinas deu o nome de uma rua. Lucio Petit da Silva também foi homenageado a cidade de São Paulo que deu seu nome a uma rua no bairro Visconde de Rio Branco. Outra rua com o seu nome se localiza em Belo Horizonte, Minas Gerais. Informações tiradas do dossiê ditadura do IEVER da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

**A SRA. TATIANA MERLINO** – Memorial de Manoel José Nurques como Gil. Desaparecido em 30 de setembro de 1972. Manoel José Nurques nasceu em 19 de dezembro de 1940 em São Paulo, capital. Militava na organização política PCdoB. Dados biográficos. Manoel era operário, foi preso por motivos políticos em junho de

1973 em razão da perseguição política do golpe de 1964. Foi forçado a deixar seu trabalho na fábrica para viver clandestinamente na região do rio Araguaia passando a integrar o movimento guerrilheiro organizado pelo MDB. Residiram em gameleira, onde se estabeleceu o destacamento B da guerrilha. Dados sobre sua prisão e desaparecimento. Desapareceu após o confronto quando o grupo comandado por João Carlos Rá Sobrinho foi atacado na região de Caianos. Douver Cavalcante conta que o General Bandeira comentou nunca ter visto um homem tão macho quanto Nurques. Segundo o ex-guerrilheiro, Nurques enfrentou o ex-paraquedista em um combate que durou cerca de duas horas e só morreu após receber o 12º tiro de metralhadora. Essa versão foi relatada por outra guerrilheira que foi presa. Regilene de Carvalho Leão de Aquino atribuindo-a ao guerrilheiro Idalisio Soares Aranha Filho e não a Manoel. O relatório da Marinha de 1993 afirma que ‘Manoel foi preso em junho de 93 quando distribuía panfletos subversivos em São Paulo em outubro de 72 mortos em combate em Xambioá’. Os (ininteligível) militante do PCdoB e atuou na guerrilha do Araguaia’. O Ministério do Exército acrescentou ainda que Manoel utilizava os codinomes Gil, Gilberto e Guilherme. Tendo também realizado curso de guerrilha na escola militar de Pequim, na China’.

**O SR. RENAN QUINALHA** – Bom, agora é Miguel Pereira dos Santos, também conhecido como Cazuza, desaparecido em 20 de setembro de 1972. Nasceu em 12/06/43 em Recife, Pernambuco, militava do PCdoB. Dados biográficos. Muito jovem ainda aos 13 anos de idade, começou a trabalhar. No ano do golpe de 64 mudou-se com a família para o Estado de São Paulo quando no mesmo ano veio a concluir o curso científico no equivalente ensino médio atual, no colégio de aplicabilidade da USP. Trabalhou no Banco Intercontinental do Brasil, por conta da atuação política já em 1975 passou a ser perseguido, momento em que inicia a viver na clandestinidade. Em 1968 o Dops ao procurar Miguel, interrogou sua mãe, ocasião em que o delegado Vanderico mostrou-lhe fotocópias do documento de Miguel que teriam sido enviados pela CIA, dizendo que Miguel estivera na China. Em diversas ocasiões a casa de sua mãe foi invadida pelas forças políticas. As perseguições políticas sofridas por Miguel são de 21

de dezembro de 68, quando o jornal Folha de São Paulo publicou a seguinte matéria ‘China prepara brasileiros para fazerem guerrilha em nosso país’ foram vistos quando entravam ou saíam da China comunista e aprovaram que a CIA, serviço de inteligência dos EUA, tenha colaborado com as autoridades brasileiras para a sua identificação. O Dops tem a fotografia de todos eles’. Após realizar treinamento na China em 1966 (ininteligível) centro oeste do país. Residiu inicialmente em Praia Chata oeste do Goiás, as margens do rio Tocantins e posteriormente ao sul do Pará na localidade de Pau Preto integrando o destacamento C da guerrilha do Araguaia.

Entre os guerrilheiros Miguel era conhecido como cazuza. Dados sobre seu desaparecimento. O relatório do Ministério do Exército encaminhado ao Ministro da Justiça em 73 afirma que Miguel ‘participou ativamente da guerrilha do Araguaia onde teria desaparecido em 72’, Miguel foi o primeiro guerrilheiro a desaparecer com o início da primeira campanha do Exército com guerrilha, denominada de Operação Papagaio. O Relatório Arroyo, escrito por Ângelo Arroyo, dirigente do PCdoB que escapou do cerco militar da região em 74 escreveu a sua morte ‘no destacamento C cerca do dia 20 de setembro dois companheiros, Vitor, que era José Toledo de Oliveira e cazuza, deslocavam-se para fazer o encontro com três outros companheiros. Acamparam perto de onde devia se dar o encontro. À tardinha ouviram o barulho de gente que ia passando perto. Cazuza ouviu os companheiros e quis ir ao encontro deles, mas Vitor não permitiu. Disse que se devia ir ao encontro no dia seguinte, pela manhã cazuza convenceu ao Vitor a ir ao local onde na véspera, ouviu o barulho. Vitor ainda insistiu que não devia ir ao ponto, mas acabou concordando. Ao se aproximar do local do barulho, Vitor foi morto.

Ao se aproximar das operações e do local da manobra de 30 de outubro de 72 assinados pelo Comandante da 3ª Brigada de Infantaria, General Antonio Bandeira, no capítulo que se encontravam as ações mais importantes realizadas nas peças de manobra, informou ‘do 10ºBC ação de emboscada por uma esquadra em 26 de setembro de 72 em uma gruta distante, cerca de três quilômetros da casa do velho Manoel resultou na morte do terrorista Cazuza não identificado. Regilena Carvalho Leão Aquino em depoimento prestado no processo movido pelos familiares dos desaparecidos do Araguaia contra a União desde 82 informou que Miguel foi morto com formação do General Bandeira. Em outro depoimento prestado a estudantes de

jornalismo em 2002 afirmou ‘em setembro de 72 preso em cela vizinha que me encontrava, Douver me informou sobre a morte do Cazuza. Dias depois o General Bandeira confirmou a morte acrescentando que a tropa que matou Cazuza em choque casual no interior da mata, havia decepado a sua mão direita para que em uma das bases instaladas em vários locais da região fossem identificadas as suas impressões digitais. Era 20 de setembro de 72.

Nos arquivos do Dops Paraná, a Comissão especial de investigação das ossadas do cemitério de Perus em 24 de julho de 71 encontrou diversas fichas e uma gaveta com a identificação ‘falecidos’ no qual consta o nome de 17 militantes. Entre eles o tal de Miguel Pereira dos Santos.

Providências posteriores. Seu nome consta na lista de desaparecidos do anexo Um da Lei 9140 de 95. Em sua homenagem, São Paulo e Campinas deram o seu nome a ruas dessas cidades.

**A SRA. TATIANA MERLINO** – Memorial de Pedro Alexandrino de Oliveira Filho, cujo nome Peri. Pedro Alexandrino de Oliveira nasceu em 19 de março de 1947 em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. e militava na organização política, PCdoB. Foi morto em quatro de agosto de 74. Dados biográficos, nasceu em 17 de março de 74 em Belo Horizonte. Filho de Alexandrino de Oliveira e de Diana Piló de Oliveira. Em uma noite desaparecido em quatro de agosto de 1974, militante do PCdoB, integrante do destacamento B da guerrilha do Araguaia. Fez curso primário e ginásial no Colégio Monte Calvário e o científico no Colégio Anchieta. Foi um filho e um irmão muito amigo, amoroso e alegre. Perto ou longe participava ativamente da vida da família e tratava as três irmãs, Ângela, Diana Maria e Eliana Maria com um carinho incomum. Gostava muito de cantar e fazer serenatas com seus amigos, inclusive para as próprias irmãs. Duas eram as músicas de sua preferência. As que mais marcaram a sua irmã Eliana, Perfídia e Relógio.

Era uma pessoa muito querida por seus inúmeros amigos. Fredinho Sinésio, Diomar de Andrade, Didio e muitos outros. Pedro trabalhou no antigo Banco

Hipotecário, hoje Banco do Estado de Minas Gerais, foi transferido para São Paulo em 1967, lá terminou os seus estudos fazendo também um curso de inglês. Estudante universitário, Pedro participou ativamente do movimento estudantil na capital paulista. Retornou a Belo Horizonte em 1969 onde já era procurado. Pedro Alexandrino passou o natal de 1969 com a família, almoçando com todos na casa dos avós. Foi preso em dezembro do mesmo ano na casa de sua irmã Ângela no bairro de Gutierrez, para onde foi quando se sentiu seguido e ameaçado. Ainda no interior da casa de Ângela que se encontrava no trabalho, levou coronhadas na cabeça e pontapés. Foi colocado nu e espancado na frente das suas duas sobrinhas de três e quatro anos de idade. Levado para o Dops de Minas Gerais foi torturado com choques elétricos, pau de arara, palmatória, simulação de enforcamento e outras atrocidades. Quando foi solto estava surdo de um ouvido enquanto se encontrava em estado lastimável. Depois mudou-se para o Estado do Pará, em uma região próxima ao rio Araguaia. Pedrinho como era carinhosamente chamado pela família ou Peri, como era chamado pelos companheiros, ao transferir-se para lá foi residir na região do rio Gameleira. A partir desse período, a família não teve mais paz. A casa onde moravam era frequentemente invadida por policiais a procura de Pedro Alexandrino. Sua mãe, Diana, não suportando as constantes violências resolveu mudar-se para o Rio de Janeiro para descobrir o paradeiro de seu filho. Procurou por ele com um casal, Edgar e Cirene, hoje falecidos, que buscavam notícias de dois filhos e uma nora também desaparecidos na guerrilha do Araguaia. Elmo Correia, Maria Célia Correia e Telmo Correia. Entraram em contato com entidades de direitos humanos em São Paulo, Brasília e Genebra, na Suíça, com a Comissão Justiça e Paz do Rio de Janeiro, Associação Americana de Juristas, a Comissão de Familiares e Mortos Desaparecidos Políticos, Grupo Tortura Nunca Mais, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Goiás, e com o Instituto Médico Legal de Minas Gerais.

Nessa ocasião a família soube que ele tinha uma namorada, Tuca, Luiza Augusta Garlippe também desaparecida em junho de 1974. Enfermeira do HC de São Paulo e que havia ido com ele ao Pará. As cartas escritas por Pedro Alexandrino para a família eram realmente afetivas e carinhosas. As saudades eram sempre imensas e a vontade de poder abraçar, beijar, sorrir e cantar com as irmãs era seu cuidado constante. Sempre se colocava como um grande amigo e companheiro delas para o que viessem a precisar, algum dia. Perguntava pelos sobrinhos, queria notícia de todos. De seus projetos

peçoais e sua vida pouco falava. Mas falava de sua caminhada, de seu compromisso com o povo brasileiro, do significado da sua vida política, da importância da serenidade, da honestidade, do desenvolvimento do interior, de atitudes descentes e até da vontade de ter um filho um dia.

Dizia em uma das cartas ‘tudo do amanhã está sempre no campo das possibilidades, e é de hoje que temos as certezas. É hoje que criamos as condições objetivas para o amanhã’.

De acordo com o Relatório Arroyo, documento escrito pelo dirigente do PCdoB Ângelo Arroyo que escapou do cerco militar a região da guerrilha no início de 74, em dezembro de 73 ele estava vivo. Dados sobre seu desaparecimento.

O relatório (ininteligível) afirma que Pedro Alexandrino de Oliveira Filho participou da guerrilha do Araguaia usando os codinomes de Moisés, Chico e Peri sem esclarecer sobre o seu paradeiro. Em matéria ao jornal o Estado de São Paulo de 04/03/2004 temos as seguintes informações sobre o Pedro Alexandrino, ‘dois corpos crivados de balas foram despejados na pista, sem camisas, vestiam bermudas jeans desfiadas, presas com um cinto de couro. Um deles estava descalço, o outro usava tênis topa tudo. Foram chutados pelos militares. Um soldado pegou um facão e abriu um buraco no peito de um dos mortos. Tem gordura aí? – zombou.

O cadáver com o peito aberto a facão era do guerrilheiro Peri, morto aos 27 anos, disfarce do bancário Pedro alexandrino de Oliveira Filho. O outro era de Batista, um dos poucos membros que o PCdoB conseguiram cooptar para a luta. Os dois foram mortos juntos. Batista, conforme relato de agricultores da região foi preso com a guerrilheira Áurea Eliza Pereira Valadão perto da casa de uma camponesa amiga. O soldado Antônio Fonseca e um colega foram escalados para sepultar os corpos em uma cova dentro da base. Eles já estavam duros, conta. Fonseca pegou o Peri, levantou-o e jogou-o nas costas. O colega fez o mesmo com Batista. Ambos foram largados no mesmo buraco, um por cima do outro. Para cobrir os corpos foi usado um pano com listras vermelhas e brancas. Um camponês que estava preso na base encheu a cova de terra. Providências posteriores. Em abril de 1995, durante um debate no Center For Strategics and International Studies, em Washington, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso foi interpelado publicamente pela irmã de Pedro Alexandrino. A

Professora Ângela de Oliveira Harvaky, da George Mason University, sobre o destino do seu irmão e dos demais desaparecidos políticos. O Presidente lhe respondeu não dispor das informações naquele momento, mas prometeu procurá-la para responder aos familiares dos desaparecidos, que ainda não foram informados. Seu nome consta na lista de desaparecidos políticos do Anexo Um da Lei 9140/95. Na Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos o caso de Pedro foi protocolado com o número 112/96. Em carta conjunta escrita por Diana Piló Oliveira e Carmem Navarro Rivas, mãe de Pedro Alexandrino Oliveira Filho e Hélio Luiz Navarro de Magalhães, também desaparecido em março de 74, respectivamente, elas pedem a Comissão Especial não o pagamento de indenização previsto em Lei, mas que as autoridades deem notícias que possam esclarecer o mistério que envolve o desaparecimento de seus filhos e se estiverem mortos, a localização de seus restos mortais. Em sua homenagem a cidade de Belo Horizonte e Campinas deram seu nome a ruas situadas nos bairros Braúnas e Vila Esperança, respectivamente. Essas fontes foram extraídas do Dossiê Ditadura Mortos Desaparecidos do IEV.

**O SR. RENAN QUINALHA** – Esse é o penúltimo já, do Orlando Momente, também conhecido como Ladinho, desaparecido em 1974. Orlando Momente nasceu em 10 de outubro de 1973 em Rio Claro, São Paulo. Militava no PCdoB, Partido Comunista do Brasil. Dados biográficos. Fez curso primário de Desenho Mecânico em sua cidade natal, o último concluído em 1950. Mudou-se para cidade de São Paulo, onde trabalhou como Operário na Companhia Antarctica Paulista entre 1951 e 1959. Ali conheceu sua esposa, com quem se casou em abril de 1961 e tiveram uma filha, Rosana. Militou no PCB e, posteriormente, no PCdoB. Com o golpe militar de 64 foi viver com sua família em uma fazenda em Fernandópolis onde ficou pouco tempo, indo para clandestinidade. Periodicamente visitava sua família, sendo que, no final de 69 foi à última vez que esteve com seus familiares.

Momente atuou como Operário em São Paulo até transferir-se para o Araguaia, onde desapareceu aos 41 anos de idade. Devido às perseguições políticas, foi viver no norte de Goiás e posteriormente no sul do Pará, próximo a Transamazônica na

localidade de Paxiba. Tinha um gênio alegre e muito criativo. Sabia sair-se com facilidade de situações difíceis. Muito habilidoso e prestativo, conquistava facilmente a simpatia de todos que o conheciam. Em algumas ocasiões esteve à frente com agentes da repressão, passando por camponês e dando informações erradas sobre os guerrilheiros, contando para isto com a ajuda dos moradores que o apresentavam como compadre ou parente. Pertencia ao Destacamento A da Guerrilha.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento. Foi visto pela última vez por seus companheiros no dia 30 de dezembro de 1973. Em 74, Joana de Almeida, moradora da região e esposa de Luiz Vieira de Almeida, camponês também desaparecido, esteve em seu antigo sítio na Paxiba, próximo a São Domingos e encontrou restos de uma ossada humana, semi-enterrada. Visíveis estavam o crânio e um fêmur, com características de terem sido enterrados há pouco tempo, porque ainda tinham restos de carne. Ao lado da ossada estava um chapéu feito de couro de quati curtido, o que lhe deu certeza de que se tratava de seu compadre e amigo Orlando. Na época, Joana nada pôde fazer porque estava proibida pelo Exército de ir a seu sítio, ao qual fora às escondidas à procura de alimentos. Este depoimento foi dado à equipe de jornalistas da Revista Manchete em 1993.

**A SRA.** – O último memorial que a gente vai ler é na verdade um resumo sobre a Guerrilha do Araguaia, produzido também pela Comissão de Familiares.

No sudeste do Pará, em abril de 72 teve início a repressão aos militantes do PCdoB, que organizava as bases do que ficaria conhecido como a Guerrilha do Araguaia. Desde 1966 os guerrilheiros começaram a instalar-se na região, uma área de cerca de seis mil e 500 quilômetros quadrados com aproximadamente 20 mil habitantes. O governo ditatorial utilizou homens do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, da Polícia Federal e das Polícias Militares do Pará, Goiás e Maranhão para combatê-los. Foram mobilizados cerca de sete mil militares para reprimir três destacamentos constituídos por 73 guerrilheiros. Após duas derrotas das tropas regulares as Forças Armadas iniciaram a terceira campanha, em outubro de 1973, depois de um ano recolhendo informações na região. Passaram a utilizar homens dos serviços de

informação treinados para o combate na selva em ação conjunta com as tropas. Nesta fase as tropas armadas executaram todos os prisioneiros. Alguns corpos foram decapitados e enterrados em bases militares. Foram assassinados 59 guerrilheiros e pelo menos 17 moradores da região sem que nenhuma comunicação fosse enviada a seus familiares. Os governos dos generais Garrastazu Médici e Ernesto Geisel decidiram extirpar da história não apenas os corpos dos guerrilheiros e sua memória, mas o próprio acontecimento. Utilizaram na selva os procedimentos do combate à guerrilha urbana. Nas cidades, entretanto, houve preocupação em poupar a população. No Pará, ao contrário, grande parte da população foi aprisionada tendo sido criados verdadeiros campos de concentração com a utilização de tortura generalizada. A região foi bombardeada com napalm e as plantações e árvores frutíferas incendiadas. Jarbas Passarinho, Coronel da reserva e por duas vezes Ministro da Ditadura definiu a guerrilha como uma guerra suja. Para ele, havia um forte motivo para manter o silêncio a respeito, pois, “divulgação disso, na medida, por exemplo, em que uma guerrilha de Xambioá durasse um ano para ser combatida, ela poderia, pelo noticiário feito a respeito dela, induzir a ações semelhantes. A grande massa desconheceu pura e simplesmente o assunto e sobre ela não se fez o efeito multiplicador da propaganda”.

Os fatos que envolveram o combate a Guerrilha do Araguaia foram totalmente censurados e estiveram ausentes dos noticiários da imprensa entre setembro de 1972 e julho de 1978. A Guerrilha foi derrotada no fim de 1974, mas somente quando acabou a censura prévia, em 1978, a imprensa alternativa passou a resgatar sua história. Todos os guerrilheiros, com exceção de Maria Lúcia Petit, cujos restos mortais foram identificados em 1996, embora tenham sido reconhecidos pela União como mortos em 1995, com a Lei dos Desaparecidos, são ainda hoje Desaparecidos Políticos, uma vez que seus corpos permanecem em locais ignorados.

Por muito tempo, as únicas informações existentes sobre os desaparecidos da Guerrilha do Araguaia foram às do relatório do Dirigente Ângelo Arroyo, que conseguiu sair da região do conflito em janeiro de 1974. Arroyo, todavia, foi assassinado junto com os Dirigentes do PCdoB Pedro Pomar e João Batista Franco Drummond, quando houve a operação conhecida como o Massacre da Lapa, em dezembro de 1976. Essa fonte foi extraída do livro Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos de 64 a 85 do IEV.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Vamos lá então. Vamos agora compor a mesa.

Amelinha, antes de compor a mesa eu queria fazer até uma, como hoje é uma Audiência conjunta de todas essas pessoas, bom, deixa eu compor a mesa e depois a gente faz. Primeiro, composição da mesa. Criméia Schmidt de Almeida, ex-guerrilheira do Araguaia. Criméia, vem compor a mesa. Rosana de Moura Momente, venha compor a mesa, por favor. A Rosana está aí?

**A SRA.** – Eu acho que ela saiu.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Mas ela saiu definitivo ou... Não sabe. Ninguém avisou que ela ia depor? Vamos lá, Igor Grabois, senta do meu lado aqui, Igor, por favor. Laura Petit. Depois, José Dalmo Ribeiro Ribas. Dalmo, senta aqui ao lado do Igor, por favor. Maristela Nurchis, irmã de José Nurchis. E finalmente a Liniane Brum, sobrinha de Cilon Brum. A senhora pode sentar aqui ao lado da Petit. Alguém vai ver se a Rosana está por aí ainda não é? Chegou. Oi, Rosana. Você pode vir compor a mesa, por favor? Então ela é a Rosana de Moura Momente, filha de Orlando Momente.

Criméia, Amelinha e demais companheiros, todas as sessões da Comissão da Verdade têm sido testemunhal acerca de cada pessoa, de cada biografia. Mas eu queria fazer uma pergunta aos companheiros, fazer uma consulta antes de começar, que é o seguinte. As pessoas têm diversas idades, diversas gerações, cada uma foi para um, então, eu não sei se é o caso, estou perguntando mesmo, se não podia fazer um histórico um pouco mais estrutural da organização de como o pessoal começou a ir para a

Guerrilha do Araguaia. Porque teve um pessoal que veio da Tchecoslováquia, tem o pessoal que passou pela China. Eu sinceramente não sei se é o caso, mas talvez vocês pudessem aproveitar essa oportunidade, é lógico que aqui não é uma sessão teórica, não tem essa pretensão, mas se pudesse explicar um pouquinho melhor ou dar alguns elementos para depois a gente entrar no caso a caso. Quer dizer, toda a metodologia daqui não é recontar a história dos Partidos e tal, mas é trazer à tona a questão dos mortos e desaparecidos. Isso é claro. Mas se alguém pudesse falar um pouco, não sei se o Igor, se a Criméia, se algum companheiro se dispusesse a fazer uma introdução. Criméia? Então Criméia, se pudesse fazer uma introdução. Você fala um pouco não é, Igor? Você se disporia a fazer um pouco? Está ótimo. Então com a palavra, Criméia.

**A SRA. CRIMÉIA SCHIMIDT DE ALMEIDA** – Bom dia a todos e a todas. Atendendo ao pedido do Deputado, eu vou tentar resumir um pouco a história. O PCdoB ele surge em 62 como uma cisão do PCB, Partido Comunista Brasileiro, como cisão do Partido Comunista do Brasil. E um dos pontos polêmicos que levaram a essa cisão foi à questão da luta armada. Se era possível a tomada do poder, de um poder democrático com perspectivas de implantação do socialismo através do que vinha acontecendo nos anos 62, da luta sindical, da luta dos movimentos de massa. Dessa organização do PCB se formou mais tarde, vai em 66 começa a se organizar o que mais tarde vem a ser a Guerrilha do Araguaia. Os primeiros militantes do Partido vão para o Araguaia em 66. Alguns vão para regiões próximas ao Araguaia, como Mato Grosso, Goiás, que na época não era o Tocantins ainda, Maranhão. E depois, com o passar do tempo, dos trabalhos é que se concentra na região do sul do Pará.

Também dentro dessa perspectiva, essas pessoas, muitos deles foram para China fazer treinamento militar. É importante destacar que a gente tem cerca de mais ou menos 30 militantes do PCdoB que teriam ido para China fazer curso militar, e desses, apenas acho que 10 foram efetivamente para a Guerrilha da Araguaia. Outros não foram para luta armada.

O Adriano Diogo falou da questão da Tchecoslováquia. Os cursos na Tchecoslováquia eram cursos regulares, tanto que o Osvaldão fazia o curso de

Engenharia de Minas, o Gilberto, não sei, era Engenharia de Minas também e eles faziam arte, esses dois militantes foram para Tchecoslováquia como militantes do PCB, não foram para treinamento militar. E faziam curso regular de Engenharia. E nesse processo eles acabam fazendo parte dessa cisão, entrando para o PCdoB e eu não saberia dizer se o Osvaldão e o Gilberto chegaram a ir para China.

**O SR.** – O Gilberto foi.

**A SRA. CRIMÉIA SCHIMIDT DE ALMEIDA** – Eu acho que o Osvaldão não.

**O SR. IGOR GRABOIS** – O Gilberto foi para China em 68, quando teve essa coisa que aconteceu na matéria da Folha, tinha alguns, inclusive o André. Aí o Gilberto voltou por uma rota para trazer o pessoal da China, que ele conhecia, tinham duas rotas alternativas.

**A SRA. CRIMÉIA SCHIMIDT DE ALMEIDA** – Sim, porque em 68 essa matéria da Cia, inclusive um dos militantes que teria participado desse treinamento da China que entregou os companheiros que estavam no Paquistão e quem se prestou a fotografar o pessoal e a documentação foi o Governo do Paquistão, em Karachi, que eles foram detidos algumas horas no aeroporto.

Então não houve, por parte do PCdoB não houve nenhum treinamento em Cuba, diferentemente de outras organizações no Brasil. A maior parte, como eu disse, se 10

que fizeram treinamento, dos 30 eu acho que 10 apenas participaram da guerrilha. Os outros 60 militantes que se tornaram guerrilheiros fizeram sua preparação militar na própria região. Não tiveram nenhum treinamento militar fora do país. O André eu acho que vai em 67 porque ele vai para China primeiro.

Mais ou menos, eu acho que a história é mais ou menos essa porque, é importante destacar o seguinte, que a luta guerrilheira naquela região era muito mais...

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Espera aí. Deixa eu fazer uma pergunta. E aí, quando se deliberou, bom, vamos para o norte do país, teve algum congresso, alguma deliberação? Porque o pessoal começou migrar em períodos muito diferentes. Quer dizer, não foi de uma hora para outra que todo mundo foi para lá. Eu estava vendo pelas biografias que teve vários ciclos migratórios, formas de instalar. Isso dá para falar um pouquinho sobre isso?

**A SRA. CRIMÉIA SCHIMIDT DE ALMEIDA** – Então, essa questão da resistência armada é uma resolução da sexta conferência do Partido em 1966. Nesse mesmo ano, 66, vão para região o Gilberto Olímpio, André Grabois, Osvaldo Orlando. O André eu acho que vai em 67 porque ele vai para China primeiro. O Osvaldo Orlando, o Manuel Nurchis, são os primeiros que vão para a região em 66 e é uma decisão do Partido de se preparar para uma resistência armada, tendo em vista que dentro da concepção do Partido era preciso uma atividade política também junto a essa população camponesa. Não era só travar combate nessa região. Era preciso ganhar esses camponeses para uma posição política de resistência a ditadura. A região tinha umas características interessantes, por exemplo, porque lá não se ouvia rádio brasileira. Não se ouvia porque não chegava, não existia Embratel, que foi criada graças a isso também. Mas a gente ouvia BBC, Voz da América, Rádio Havana, Albânia, Pequim, Dinamarca tinha um programa em português para o Brasil, onde a população ficava sabendo da ditadura brasileira sem saber os detalhes das coisas, porque as notícias internacionais

são muito esparsas. E era interessante que a população sabia mais da guerra do Vietnã do que do que acontecia no Brasil. Tanto que muitas vezes eles confundiam a ditadura com a ditadura do Getúlio. Mas do Vietnã eles acompanhavam muito bem. E era uma população que tinha uma história de enfrentamento, porque já tinham tido antes enfrentamentos com madeireiras, enfrentamento com mineradoras e boa parte da população veio do Nordeste expulsos pela questão da terra, então eram questões muito sensíveis à população.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – A Transamazônica, a obra da Transamazônica já estava começando, já estava em andamento? Vocês estavam próximos à Transamazônica?

**A SRA. CRIMÉIA SCHIMIDT DE ALMEIDA** – Não. Nós estávamos próximos, principalmente o meu destacamento, o destacamento A, era próximo à Transamazônica, mas a Transamazônica só teve início em 70 e os primeiros que chegaram à região chegaram em 66, eu cheguei em 69, começo de 69, e quando começou a Transamazônica os camponeses diziam o seguinte, nós estamos aqui expulsos pela Belém-Brasília e agora nós vamos ser expulsos pela Transamazônica. E eles diziam, a gente vem, amansa o lugar, porque era um lugar muito hostil, e quando ele está amansado vem o governo e abre a estrada para os fazendeiros. Então esse sentimento existia e a gente trabalhava com essa questão dentro, a gente tinha limitações porque a gente não queria ser identificado, mas a gente discutia essas questões. Eu acho que mais ou menos contextualizei o que aconteceu. Eu só quero falar uma coisinha, hoje está fazendo 41 anos que o Exército começou o ataque na região do Araguaia e até hoje nos só conseguimos identificar dois dos 70 desaparecidos que foram reconhecidos pela sentença da OEA. Os dois identificados foi a Maria Lúcia Petit, que apareceu aqui no telão e como o livro é de 77 tem o Bergson Gurjão Farias, que foi identificado em 79, que foi encontrado pelos familiares em 91. Em 2009 que ele foi identificado, mas foi

encontrado pelos familiares em 1991, foi abandonado pelo Badan Palhares, que não quis levar a ossada, foi reinumado pelo coveiro e em 96 retirado pela Comissão Especial e só identificado em 2009. Ou seja, 18 anos.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Você podia falar um pouquinho da fase da chegada, da adaptação, do clima político, da organização, podia falar um pouquinho da parte política antes de entrar na fase mais militar mesmo.

**A SRA. CRIMÉIA SCHIMIDT DE ALMEIDA** – O nosso trabalho junto com a população era de prestação de serviço, que não tinha nenhum lá, e de comércio. Eu digo prestação de serviço porque lá não tinha escola, lá não tinha nenhum posto de saúde, lá não tinha absolutamente, nem dinheiro não é. Lá se usava, era o escambo. Não tinha, as pessoas trocavam produtos por produtos. Então a gente, alguns participaram criando escolas, eu, que era estudante de enfermagem, fazia atendimento médico e atendia os doentes e fazia parto. Era parteira. E tudo isso era discutido politicamente porque a gente mostrava, olha, aqui falta tudo. E tinha um sistema de coleta de impostos. Então tinha um, eu acho interessante contar essa história porque mostra como se dá a presença do Estado. Era um barco com a bandeira do Brasil e nesse barco ia à coletora de impostos, que era uma mulher da União, a Delegada de Polícia, o Delegado de Polícia. A coletora era mulher, o Delegado era homem e ia, eram os três poderes, mas era a Polícia, o coletor de impostos...

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Polícia Federal ou Estado?

**A SRA. CRIMÉIA SCHIMIDT DE ALMEIDA** – Polícia Estadual. E o que esse barco fazia? Ele subia o rio cobrando impostos. Então, se estavam às canoinhas atravessando o rio, eles subiam o Rio Tocantins e o Araguaia, descia o Tocantins e subia o Araguaia. Se tinha canoinha levando farinha, levando porcos para vender no Estado de Goiás, eles apreendiam todo o produto. Se tinha, eles iam passando nas casas, nas vilazinhas, e se tinha algum problema de briga entre as pessoas, qualquer desavença, eles prendiam o que o Delegado julgava culpado, amarrava em uma árvore e continuava subindo o rio e quando terminava o limite do município ele voltava e recolhia o preso, recolhia os impostos que as pessoas estavam devendo, e como não existia dinheiro, então esses presos ficavam dois, três dias amarados em árvores ao tempo e recolhiam dinheiro do ICMS, essas coisas, que isso eles cobravam bem. Esse barquinho era chamado o barco dos três poderes. E os camponeses diziam o seguinte, inclusive perguntavam quando eles eram cobrados de impostos, como é que o estado vai colocar meu porquinho nos cofres públicos? E esse era o Estado. E a gente dizia, pois é, leva o seu porquinho, leva o seu saco de farinha e você não tem escola para o seu filho. A única escolinha mais próxima que tinha era uma mulher cega, semianalfabeta que era professora, e ela dava aula porque ela queria ensinar o que ela sabia. Ela não recebia do Estado. Então a gente passou a ajudar essa mulher. Não substituí-la, mas ajuda-la porque era muito difícil uma cega semianalfabeta na escola. E assim era tudo.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Criméia, mas tinha, qual era a base, a base era criar uma zona liberada, um território liberado, formar uma coluna guerrilheira, formar uma coluna de um exército de libertação, tinha alguma discussão teórica aí?

**A SRA. CRIMÉIA SCHIMIDT DE ALMEIDA** – Era tudo isso. Com o tempo...

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Deixa eu fazer mais uma pergunta. Por exemplo, no Nordeste tinha gente do combate das ligas camponesas sindicalizado. Porque em uma região tão erma assim, de gente que não tinha tradição de sindicalização, qual era a concepção? Era uma transferência meio da teoria, uma teoria de formação do exército meio aos moldes da Luta de Libertação da China, da Coluna do Mao, Mao Tsé-Tung, tinha um fundamento assim? Qual era o embrião? Quer dizer, não era só se instalar lá, ter contato, criar consciência política, além desse aparente socialismo tinha uma teoria política que justificava tanto sacrifício e a transferência de gente do comando, o PCdoB deslocou seus melhores quadros para lá. Podia falar um pouco sobre isso?

**A SRA. CRIMÉIA SCHIMIDT DE ALMEIDA** – O objetivo não era travar combates na região. A região seria uma área de refúgio. Então o confronto com as Forças Armadas se daria na Belém-Brasília, as cidades próximas à Brasília, inclusive onde havia recursos de armas, recursos financeiros. O combate se deu na região porque o Exército atacou antes da nossa iniciativa de começar.

O objetivo era esse, de formar pequenos embriões de exército, aumentar esses pequenos embriões, conquistar território. Agora, em uma perspectiva de longo prazo, não era uma perspectiva de curto prazo. E poderia até se transformar em uma região, como era frequente naquela época, o país do norte e o país do sul. Podia haver um acordo em que dividisse. Mas isso tudo dependeria do transcorrer da luta, das nossas conquistas. A gente não tinha uma perspectiva imediata para isso. Agora, o importante é dizer que não era também a nossa perspectiva atacar naquela região e sim fora dela.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Agora vamos concentrar na sua história, a sua trajetória, a sua chegada, teve o período de adaptação e a luta. Você entrou e saiu várias vezes...

**A SRA. CRIMÉIA SCHIMIDT DE ALMEIDA** – Eu cheguei no começo de 69, não tinha mulheres na região, eu fui à terceira guerrilheira do meu destacamento. Tinha dois companheiros, que era o André e o Jean Carlo Castiglia, depois chegou eu e depois vieram os outros.

O aprendizado é difícil porque eu era uma pessoa de vida urbana, nunca tinha entrado em uma selva. Para se ter uma ideia, eu cheguei à casa que eu fui morar, eu cheguei à noite e me apresentaram mais ou menos onde eu estava, disseram, olha, ali fica a Estrada do Boi, aqui o rio e esse é o nosso sítio. E eu levantei de manhã e falei, vou dar uma volta na Estrada do Boi. E me perdi na mata, porque a Estrada do Boi não existia. Era uma trilha. Eu passei pela trilha, mas continuei procurando a Estrada. E depois de uma meia hora eu vi que eu estava perdida dentro da mata. Então era isso. E não tinha nada. O que eles chamaram de estrada era uma trilha que só cabia um pé na frente do outro, os dois juntos não dava para ficar parado. Era daquelas trilhinhas bem estreitas que passava o cavaleiro com a boiada, porque os bois quando fugiam das enchentes do Pantanal eles iam para lá. E tem os casos assim interessantes da miséria, que era muita miséria. Eu me tornei parteira, eu nunca tinha feito um parto, eu me tornei parteira por falta de tudo, entende. Não tinha, como eu atendia doente com febre, um doente que machucou a mão, não sei o que, aí um dia uma mulher, uma parteira teve um problema com uma parturiente que ela não sabia resolver e ela falou assim, a senhora que entende de bula, porque eu sabia ler bula de remédio, então eu tinha o título de bula. A senhora que entende de bula vem porque eu não consigo mais atender. Então eu me tornei parteira. Quer dizer, era um caso que não tinha solução, era uma mulher que tinha uma ruptura de períneo completa, então quando ela fazia força para o bebê nascer vinha não só o bebê como o próprio útero. E a parteira falou, eu não sei fazer isso. E eu tinha, como eu lia bula eu lia também livros, porque já que eu era tão ignorante, então eu tinha um livro de obstetrícia e fui ver o que se fazia em uma situação dessas. E estava escrito

assim, indicação absoluta de cirurgia. Eu disse, como? Aí eu falei com a parteira, olha, vamos nós duas tentar fazer uma coisa, alguma coisa. Então, quando a mulher começou a fazer força eu falei, uma empurra e a outra puxa para ver se a criança sai e a outra empurra o útero. E com a mão. Não tinha nada para...

E aí eu me tornei parteira porque tinha resolvido um caso gravíssimo. Então era uma situação muito pobre, que a gente dizia o seguinte, que a nossa única vantagem em relação aos moradores é que a gente estava fazendo uma viagem ao passado e que a gente já conhecia o futuro. Então a gente conhecia a tecnologia. Não que pudesse usar, mas conhecia. Porque lá não tinha tecnologia nenhuma. Lá não tinha geladeira, não tinha luz elétrica, não tinha carro, não tinha, o único motor que eles conheciam era do avião que passava às oito horas da manhã e marcava o horário. Mas passava muito alto.

Como eu fiquei quatro anos na região, desses paulistas eu conheci alguns e eu gostaria de falar deles. Poucos que eu conheci. Eu conheci o Lúcio Petit. O Lúcio Petit deve ter ido, não me lembro, 70, 71, acho que foi em 70. E o Lúcio, porque antes do Lúcio chegar eu andava na região e fazia mapa. E fazia do meu jeito. Assim como eu fazia parto do meu jeito eu fazia mapa do meu jeito também. Eu andava cinco minutos no rumo tal, marcava lá no caderninho, e se era subida eu punha uma setinha para cima, porque cinco minutos na subida você anda menos, se é na descida você anda mais, para depois fazer um mapa. Então os mapas eram muito estranhos. Quando o Lúcio chegou ele foi ensinar a gente a fazer mapa. Ele foi ensinar a gente a mexer com...

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Com bússola?**

**A SRA. CRIMÉIA SCHIMIDT DE ALMEIDA – Não.** Com a bússola a gente sabia, só que o nosso norte era sempre o norte magnético. A gente nem sabia que tinha diferença de norte magnético para norte geográfico. Então dava umas diferençzinhas, mas o Lúcio é que foi nos ensinar essas coisas mais técnicas. Mexer com pantógrafo, a

traçar as coisas, a reduzir mapa, ampliar mapa, e algumas coisas de estatística para a gente ver essas coisas, o que é que era subida, o que era descida, quanto você andava, quanto você não andava. E tinha uns negócios muito complicados, e inclusive calcular a diferença desse tal de norte geográfico e norte magnético, que pelos processos artesanais que nós tínhamos lá, porque não existia celular, não existia GPS, não existia nada disso. Então a gente podia fazer dois dias no ano, um era o dia do início da primavera e o início do outono, que o sol está exatamente em cima do Equador, e que a gente a hora que o sol nasce à gente punha o espetinho e via qual era o oeste por causa da sombra e aí a gente calculava a diferença entre um norte e outro. A gente tinha dois dias no ano para fazer isso, que chama azimute, que eu aprendi com o Lúcio, porque ele era o que mais entendia dessas coisas.

Com o Orlando Momento, que foi outro que eu conheci, o Orlando Momento era muito prático, e como essa brincadeira nossa que a gente estava viajando do futuro para o passado, quando o Orlando Momento, eu acho que o Orlando Momento chegou antes de Lúcio. Quando ele chegou à região ele era um cara muito prático, e ele foi fazer a casa dele, que a gente que fazia a casa que a gente ia morar, e ele aproveitou...

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Mas comprava terreno ou não?

**A SRA. CRIMÉIA SCHIMIDT DE ALMEIDA** – Não. Lá tudo era posse. Era tudo do governo, terra devoluta. E tinha uns negócios que era assim, concessão para dono de castanhal, que era por 99 anos renováveis por mais 99 anos, eternamente. E acho que até hoje ainda são. Esse Petit, eles cortaram os castanhais, mas ficou a terra. Ficou a terra e eles colocaram os bozinhos lá. São os mesmos.

O Momento ele fez o seguinte, quando ele fez a casa dele ele pegou uns bambus e ele tinha uma pia com água encanada. A água vinha lá do morrinho, dentro do bambu,

ela não precisava carregar a água até a casa dele. E tinha outro bambu que era o chuveiro. Ele tinha dois, e ele fez o seguinte, lá a gente pilava o arroz e era muito pesado aquilo, então ele adaptou o pilão e fez um monjolo. Então ficava lá a água do rio batendo o arroz dele e de manhã era só pegar e cozinhar o arroz. Peneirar e cozinhar. E as pessoas achavam que ele era um gênio. Nossa, mas que cara criativo, que cara capaz e não sei o que. E ele falava assim, tudo isso já fizeram. Eu só estou repetindo. Mas o interessante era que, por exemplo, eu já tinha visto um monjolo na minha vida, mas eu não tive ideia de fazer. E ele teve. E era muito, ele era muito habilidoso para fazer isso e facilitava muito o trabalho. E o interessante é que os camponeses, muitas coisas não repetiram, porque todos eles podiam ter feito eu monjolo. Não era uma coisa difícil, eles já tinham o pilão. Mas eles acharam que era muita engenharia para cabeça deles, não fizeram. Nem a água encanada.

Uma coisa que eles imitaram da gente, que foi também criação do Orlando Momente foi a pia. A gente tinha nossa cozinha, uma janelinha e do lado de fora a gente fez um balcãozinho porque aí você lavava as coisas e não molhava o pé, porque tinha a paredinha. Então tinha uma coisas assim, e eu acho que esses dois companheiros eles contribuíram muito com os seus saberes, com a sua agilidade e cada um de nós tentava fazer, cada um teve suas características. É isso que eu lembro deles, os outros eu não conheci, não foram do meu destacamento. Tem o Peri que eu acho muito interessante porque foi, a abordagem da irmã dele lá em Washington que forçou inclusive o Fernando Henrique, quando eleito, quando assumiu a fazer a Lei 9140 e mesmo assim levou quase um ano para ela ficar pronto, ficou pronta em dezembro, então eu acho que teve esse aspecto importante da irmã do Peri.

É mais ou menos isso. Já falei bastante. Se quiserem perguntem.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Então agora a Rosana de Moura Momente, filha de Orlando Momente.

**A SRA. ROSANA DE MOURA MOMENTE** – Eu vou tentar falar breve porque às vezes eu começo a falar e não termino. Meu pai é Orlando Momente também e muita coisa eu fiquei sabendo através da Criméia, que ficou mais tempo do que comigo.

Teve um ano já ele teve que deixar a gente, tentou até por um tempo levar eu e minha mãe em uma fazenda que era de um dos do Partido, mas estava muito arriscado e ele deixou a gente com uma pessoa da família e ele teve que ir embora, então, depois vinha de vez em quando visitar a gente escondido, eu tenho poucas lembranças. Fiquei um tempo, um bom tempo longe da minha mãe também, eu não pude viver com ela porque ela não tinha onde morar, tinha que morar junto com as patroas, ela era empregada. Até os seis anos ele veio visitar, eu estava em uma creche, tinha que morar lá. Inclusive ele veio uma vez e nem pôde entrar porque ele não veio com a minha mãe e eram freiras e ela falou, a gente não te conhece, então você não pode entrar, vem com a mãe, então era uma forma de ter uma segurança também. Porque algumas crianças foram levadas da família, foram criadas por militares também parece.

Na verdade eu estou falando aqui, mas é meio difícil para mim estar falando. Eu estou falando mais no sentido de estar podendo ajudar minha mãe também agora, que ela passou por um período muito difícil. Eu admiro muito meu pai pelas notícias que eu tive da Criméia, porque como eu fui criada longe da família eu não consigo ter muito diálogo. As pessoas escondiam muito sobre o meu pai. Não falavam sobre ele por medo de, não podia ser divulgado naquela época o que estava acontecendo então minha mãe não falava nele, minha família sobre ele.

Só aos 15 anos que minha prima que me contou o que aconteceu com o meu pai e foi em 85 que teve um livro negro lá na OAB e tinha o nome do meu pai e eu liguei para esse advogado que colocou esses nomes nesses livros e eu liguei para ele e falei, o que é que aconteceu, como é que ele sumiu e aí ele me colocou em contato com a Criméia, com as famílias de desaparecidos e eu fiquei sabendo o que tinha acontecido e aí eu soube mais, essas histórias que ela falou agora sobre ele e admiro por ele ter sido uma pessoa que se importou de ajudar as pessoas lá, mesmo estar sendo perseguido, mesmo estar contra o governo, mas quis ajudar as pessoas, que é uma coisa que eu valorizo muito.

E agora eu tento ajudar minha mãe porque eu sei que ela passou muita dificuldade, e como eu fui afastada da minha família muito tempo eu tenho muita dificuldade, até no meu trabalho, não me mantenho em trabalhos porque tem minha insegurança também, mas quero tentar ajudar ela. E uma coisa que está sendo difícil é que ela tem direito a uma pensão por morte do meu pai, mas o governo não libera a data exata do falecimento, então o INSS não libera essa pensão. Porque tem um período que ele contribuiu como trabalhador registrado e tudo e mais o período que ele poderia trabalhar, poderia ter trabalhado que o governo colocou lá, para contagem do INSS, mas o próprio órgão público, que é quem dá essa pensão, alega que não é a data do falecimento dele, então eles dificultam. E eu, a assessora disse que era importante eu estar falando isso para ver se consegue ajudar alguma coisa, porque eu preciso ajuda-la, no momento eu estou sem condições de estar pagando para cuidarem e ele está em uma situação muito já, idade e muito problema de saúde e eu trabalho na Prefeitura, um cargo simples, como se fosse Auxiliar, meu salário é bem pequeno, não tem como pagar uma pessoa ou uma casa de repouso e todo o tratamento dela. Eu tentei através de um órgão de justiça que é gratuito, mas também não consegui. Os advogados não pegam esse caso porque, como ela está em uma idade avançada pode demorar para conseguir essa causa ou perderem, não sei. Mas eu acho meio incoerente não darem essa data, eu não conseguir essa data para ela ser ajudada. E eu, como ela passou muita dificuldade até para conseguir ficar comigo, inclusive, ela poderia, teve gente até que me pediu, dá ela para mim, a criança, que seria eu, no caso, porque ela não tinha condições, mas ela tentou se manter o máximo para me ajudar. E eu sei que meu pai também onde ele estava ele estava aflito, até um tempo ele tentou ajudar a gente e ele tinha bastante afinidade com a família, com a gente. Eu sei que ele sofreu bastante de ficar afastado, mas, basicamente é isso.

Agradeço até a Criméia toda a ajuda que ela tem me dado até hoje e de ter trazido informações do meu pai, porque foi através dela que eu o conheci. Minha família não falava dele, nem minha avó. Minha avó é descendência italiana, então ela era mais fechada. Eu acostumei não falar nada, conversar com as pessoas também, de tanto que não falavam comigo eu acho que eu me acostumei a não falar com as pessoas. É isso. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Você mora em São Paulo? Você mora em São Paulo. Sua mãe também mora em São Paulo? Vocês moram em São Paulo não é?

**A SRA. ROSANA DE MOURA MOMENTE** – Isso.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Certo. E o pessoal tem o seu contato aqui da Comissão?

**A SRA. ROSANA DE MOURA MOMENTE** – Tem.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Está bom. Vamos encaminhar então isso aí. Vamos ajudar.

**A SRA. ROSANA DE MOURA MOMENTE** – Desculpa. Só complementando, eu estou até afastada do meu trabalho para poder cuidar da minha mãe. Estou até arriscando a perder minha vaga, eu sei que a Prefeitura não perde emprego, mas eles mandam a gente para um cargo não muito bom em algum lugar ruim e eu fico aflita. Eu estou até meio, de estar perdendo meu lugar, mas eu quero cuidar

dela. Eu acho que a prioridade, nem que eu, eu estou me arriscando, eu estou sem receber meu salário, mas porque eu quero cuidar dela porque ela fez bastante. Eu estou sem trabalhar...

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Em que Secretaria você trabalha?

**A SRA. ROSANA DE MOURA MOMENTE** – Na área da saúde.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Secretaria de Saúde. Se você precisar ir, a Amelinha vai te acompanhar. Muito obrigado. Vamos lá. Vamos prosseguir. Quem fala agora? Vamos dar preferência para as mulheres porque todo mundo pode ficar mais um pouco não é? Petit, fala um pouquinho?

**A SRA. LAURA PETIT** – Eu gostaria de, hoje eu estou quase sem palavras, porque eu acho que é difícil, eu já disse muitas vezes. Eu tive três irmãos desaparecidos no Araguaia. Nós éramos cinco irmãos, então uma vez eu disse assim, a minha família foi dizimada. Minha mãe era viúva, criou com dificuldade, conseguiu que os filhos estudassem. O Lúcio era Engenheiro, e um pouquinho que a Criméia contou, ele fez um curso de Engenharia brilhante. E eu fico pensando, todas essas pessoas que desapareceram e que a ditadura eliminou da vida deste país, hoje se estivessem vivos eu acredito que o país podia ter sido outro.

Eu lamento, essa geração que lutou, que deu a vida e que precisa sim ser lembrada, precisa ser esclarecida as circunstâncias de morte, então Adriano Diogo, não vou falar muito porque eu acho assim, o caso da Maria Lúcia já foi dito em uma homenagem às mulheres guerrilheiras agora início de março, Helenira, a Suely, a Luíza, a Maria Lúcia, foi feita uma sessão especial às mulheres guerrilheiras do Araguaia.

Também agora recente meu irmão, eu não pude ir, mas meu irmão participou, na cidade de Bauru, onde lá foi constituído um comitê, uma Comissão da Memória, uma Comissão da Verdade, eu já estou tão atrapalhada, porque na verdade a Comissão da Verdade a gente sempre batalhou pela Comissão da Memória, Verdade e Justiça, então eu acho assim, eu penso na verdade eu penso na justiça. Mas, voltando lá, os meus irmãos já foram, o caso deles já foi tratado lá em Bauru. Inclusive lá em Bauru foi dada a Comissão Irmãos Petit. Quer dizer, eles são lembrados, eu acho que o Adriano Diogo, o Clóvis me contou que os participantes lá de Bauru agradeceram a sua contribuição lá para a cidade, também a família, o que a gente pode contribuir é isso, ter alguns cidadãos da região do interior de São Paulo que se dispuseram a fazer resistência à ditadura militar.

Em resumo é isso um pouco. Agora, eu espero que realmente o Estado brasileiro faça jus ao resultado da Comissão da Verdade. Porque nós familiares de desaparecidos da Guerrilha do Araguaia, nós tivemos em 2010 uma vitória, que eu acho que não foi só vitória nossa porque quando a Corte da UEA condenou o Brasil a esclarecer as circunstâncias de morte e dos desaparecidos do caso Araguaia ela estendeu para todos os desaparecidos do Brasil. Quando ela fez a menção não só a questão de esclarecer as circunstâncias de morte, de devolver os corpos aos familiares para darem um sepultamento digno, isso aí é o óbvio que qualquer sociedade respeita o direito do familiar de enterrar seus mortos, ela também colocou aquele “x” da questão que é a questão da justiça. Então, pelo direito internacional o Brasil deve sim cumprir a sentença, deve fazer justiça, apurar os responsáveis, em um primeiro estágio a verdade, mas eu ainda espero que realmente o nosso país possa fazer essa justiça. Apurar os responsáveis e dar esse grande passo, que a nossa transição democrática para mim ainda não se fez, porque está faltando à justiça, a verdade e a justiça também. E eu espero que a gente possa chegar lá. Se eu não tivesse esperança eu acho que eu nem abriria minha boca. Porque eu fico vendo, isso é o que todo mundo diz, os pais, as mães que deram

início aquela ação lá em 82, que já está completando 30 e não sei quantos anos, já faleceram. Existem pouco vivos. A mãe do Peri, lá no Rio de Janeiro, que ainda aguarda ver alguma solução para o caso do Pedro Alexandrino, e outras mães também, umas poucas que estão vivas, e nós, a outra geração, dos irmãos, dos filhos, e a gente também já está em uma idade que não é pouca. São 40 anos de luta. E eu acho sim que o Estado nos deve muito. E eu gostaria que não se passasse mais 40 anos para a gente ver isto. Que em 2010 a Corte Americana de Direitos Humanos da UEA prescreveu para o Brasil a receita lá, olha, cumpra isso, isso e isso, na sentença que ele fez, que não foi só para nós do Araguaia. O grande mérito é que diz assim, a questão da Lei de Anistia não deve ser entrave para a aplicação da justiça, não só no caso Araguaia, mas em qualquer outro caso em que a Lei de Anistia tem sido utilizada como argumento para não aplicação da justiça no nosso país. Eu acho que é só isso.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Petit, deixa só eu te fazer uma pergunta, eu não vou ficar aprofundando muito. Porque não é qualquer família que tem três irmãos combatentes e eu convivo com vocês dois, Clóvis e você. Fala um pouquinho disso, por favor. Os seus irmãos, em diferentes idades, cada um foi tendo um tipo de engajamento e todos acabaram indo para o Araguaia. Evidente que o mais velho era tudo aquilo que você tem dito. Mas fala um pouco dessa relação de vocês dois que ficaram com os que foram. Apesar da distância, fala um pouquinho disso. Lógico que sua mãe não está mais por aqui, fala um pouquinho disso.

**A SRA. LAURA PETIT** – Olha, a minha mãe, no caso da minha mãe, que teve cinco filhos, se a gente for usar lá tudo aquilo que a matemática do Lúcio lhe serviu, ela teve 60% dos filhos dizimados. Quer dizer, restou eu, que era casada na época, tive um pouco de militância em movimento estudantil, na Maria Antônia, e a Maria Lúcia, que era a caçula. Aliás, o Clóvis que era o caçula, que na época do golpe devia ter oito anos de idade, depois em 70, quando eles foram, ele era um adolescente, um pré-adolescente,

e o Lúcio dizia para ele, eu acho que isso que ficou muito, a falta que eles fazem para nossa família. O Lúcio se despediu do Clóvis, na época, que devia ter uns 14 anos, em 70, quando ele foi para o Araguaia, ele disse assim, quando você crescer um pouco mais eu volto para te buscar para você também lutar com a gente. Ele disse assim, por enquanto você fica para cuidar da mãe. E eu acho que isso aí pesou muito para o Clóvis, porque quando minha mãe faleceu o Clóvis disse, o Lúcio disse tudo aquilo, eu não sei se eu cuidei direito da minha mãe.

Sabe, nós fizemos o que pudemos para que ela tivesse uma velhice com menos... Agora, da questão dos meus irmãos, é óbvio, nós fomos criados juntos, tivemos uma infância juntos, o Lúcio foi o primeiro que entrou na militância e a Maria Lúcia era a caçula, morava no interior e nas férias a gente se reunia, porque o Jaime foi estudar no Rio, o Lúcio foi fazer Engenharia em Minas e eu fui estudar em São Paulo, então, com a minha mãe ficaram os pequenos, que era a Maria Lúcia e Clóvis. Nas férias, eu acho que para o Clóvis era muito significativo porque ele ficava na estação de trem, quando São Paulo tinha trem funcionando para o interior, Estação da Luz, ele ficava esperando a chegada dos irmãos, porque era aí que a Maria Lúcia teve contato, o Lúcio fazia discussão política com ela na escola secundária, que ela já estava fazendo quando adolescente. O Jaime também. Depois o Jaime foi para Engenharia fazer em Minas, do Rio ele foi para Minas e também iniciou a militância política dele lá. Ele foi preso em Ibiúna em 68 porque ele era representante do diretório acadêmico da Engenharia e ele foi preso, ficou no Presídio Tiradentes. E eu acho que isso aí também foi o grande marco porque nessa época minha mãe tinha vindo para São Paulo com os filhos menores, a Maria Lúcia terminou a escola normal aqui, ela era professora e ela começou também a militar no movimento secundarista. Ela terminou o curso no Fernão Dias, na escola lá de Pinheiros, e ela conheceu aqui o irmão do Dalmo. Ela conheceu o Guilherme Ribas, que era do movimento secundarista e eles tinham contato em 68, nessa época no movimento secundarista.

E foi assim. Depois a minha mãe voltou para o interior, levou o Clóvis, a Maria Lúcia quis ficar porque ela já tinha se formado e continuou daí sim a militância dela já no Partido organizado. E o Jaime, por ter sido preso em Ibiúna, quando voltou para Minas para fazer Engenharia veio um jipe do Exército logo no final de 68, buscar para ele ser interrogado, porque Itajubá tinha um Quartel, era zona militar. Vieram na casa

dele, na porta dele parou o jipe porque tinha sido instaurado o inquérito policial militar. E foi aí, como ele já sabia das condições de tortura e tudo o mais que implicaria na prisão dele ou no depoimento, porque ele já era militante do Partido, ele resolveu abandonar, não abandonar a faculdade, nem voltou para casa. Saiu com a roupa do corpo e foi para um sítio porque naquele ano ele tinha se casado. Um sítio lá do sogro, em Minas, e daí veio para São Paulo e já entrou direto na Clandestinidade. Muitos anos depois eu soube que ele foi inicialmente para Goiás, como a Criméia falou, todos foram direto para a região da guerrilha e de Goiás, na verdade a última vez que eu o vi, que ele veio para uma reunião com o comitê do Partido, daí sim que ele foi deslocado para o sul do Pará. Foi início de 71. Mas ele já estava clandestino desde final de 68. E é isso.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Obrigado. Maristela Nurchis, irmã de José Nurchis. Tem microfone para a Maristela aqui, por favor. Maristela com a palavra.

**A SRA. MARISTELA NURCHIS** – Nós éramos uma família de pai, mãe, meu irmão e eu. Então eu acho que, não sei bem, por volta de 62, por aí, meu irmão começou talvez um pouco antes, a militância no PCdoB e praticamente saiu de casa. Devia ter uns 23 anos. Saiu de casa, eventualmente chegava, mas saía. Chegou a ir a polícia ir na minha casa ver, vasculhar para ver se tinha alguma coisa comprometedor. Eu sei que nesse ínterim minha mãe ficou muito doente, foi operado, ficou magríssima mesmo, ficou 20 anos doente, e meu pai, eu acho que devido à situação, teve um infarto e morreu. Quer dizer, nesse período meu irmão já estava meio fora de casa, porém não tinha ainda para o Araguaia. Aí foi esse horror. Eu trabalhava, tivemos que deixar nossa casa, eu e minha mãe, e fomos morar na casa de parentes porque não tinha quem cuidasse dela e mesmo porque não tinha como arcar com todas as despesas. Aí perdemos ele de vista. Não tínhamos notícias, não sabia nada. Minha mãe só chorava diariamente sentido a ausência, aquela coisa toda e era um desespero. E doente, doente,

doente. Fazia hemodiálise. Daí lá uma vez ele apareceu, já morávamos na casa de parentes, apareceu, veio. Ele era muito, como se diz, amigo, aberto, uma pessoa, sei lá, bem família. Apareceu, tal, disse que talvez não voltasse porque ia para longe, não disse onde era o longo. Eu acho que aí é que ele foi para China. E aí ficou essa tortura, essa coisa horrível, que a gente não tinha notícia. De vez em quando ia uma pessoa que se dizia, com nome falso, evidentemente, que se dizia que era do Partido e levava uma cartinha escrita por ele, que eu reconhecia a letra, que estava bem, não sei o que, mas também sem dar nenhuma informação onde estivesse. E minha mãe, coitada, devorava aquelas cartinhas. Mas isso muito, muito, cada dois anos, por aí. Até que, finalmente, minha mãe, que ficava lendo tudo quanto é notícia para ver se tinha informação sobre ele, um dia leu no jornal uma notícia pequena que ele tinha morrido junto com um outro companheiro e tal. Aí foi uma coisa horrorosa, tal, até que ela morreu com essa coisa, com essa vontade de ver o filho, essa tristeza toda.

Em suma, nossa família praticamente se acabou porque só tenho eu. Não tem mais ninguém na família. Então é isso. Até agora dói muito isso.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Obrigado. Obrigado por ter vindo. A senhora mora aqui na capital? Mora. Liniane Brum, sobrinha de Cilon Brum.

**A SRA. LINIANE BRUM** – Olá. Bom dia a todos. Eu queria falar primeiro que estar sentada aqui não é uma posição muito confortável eu acho que para ninguém. Eu vou um pouco falar de onde eu falo e por que é que eu estou sentada aqui. Eu sou sobrinha e afilhada do Cilon Cunha Brum, que desapareceu na Guerrilha do Araguaia e, enfim, eu tenho 41 anos, então eu tenho o tempo de vida que é o tempo de desaparecimento dele.

O Cilon é gaúcho do Rio Grande do Sul, veio para São Paulo estudar na PUC de São Paulo e também trabalhava em uma das maiores agências de propaganda da época,

que era a MPM. Ele era estudando de Economia, quando também tornou-se então um militante do PCdoB.

Eu sou uma familiar de segunda geração, como já dá para perceber. O que me ligou muito a história do Cilon foi que a última vez que ele foi visto pelos meus avós foi no dia do meu batizado em Porto Alegre, quando ele já estava clandestino em São Paulo e então o meu pai e a família do Rio Grande do Sul, que em geral não tinha nenhum envolvimento com política de esquerda ou de direita, chama o meu padrinho Cilon para me batizar porque talvez fosse também uma forma de dissuadi-lo a uma coisa que pairava no ar, que era essa ideia que ele estava já na esquerda, no PCdoB e ninguém sabia muito bem. E essa era a situação. Essa situação se configurou e o que me dá oportunidade de, digamos assim, testemunhar aqui hoje, o que é que eu vim testemunhar, que ao menos eu nem conheci o Cilon, ele me conheceu com 10 dias de vida. É justamente esse vácuo, essa ausência desse desaparecimento que ficou esse tempo todo, ficou esse silêncio. Eu peguei esse silêncio todo, a dor do silêncio, de não se poder falar do Cilon, da espera da minha avó, que era muito doída. E aí, um pouco movida por essa dor da família e por esse tio que eu não conheci, mas que era como um herói para mim, tinha desaparecido, à medida que o tempo foi avançando e com o trabalho coletivo dos familiares de esclarecer o que tinha acontecido. Ficamos sabendo então que ele era desaparecido no Araguaia e, enfim, há um ano atrás, na verdade em dois mil eu comecei a fazer um movimento pessoal, portanto, o meu movimento sempre foi pessoal em busca da história do Cilon, que a gente sabia muito pouco.

Na verdade depois eu me dei conta que muito eu ia em busca das notícias que minha avó queria, que ela morreu em 89 sem saber nada dele, absolutamente nada, só esperando. E eu comecei a me mover em busca dessas notícias. Com isso eu fiz três viagens ao Araguaia, três viagens independentes. A primeira viagem em dezembro de 2009 e lá eu, logicamente eu fui com esse foco familiar, com esse foco emocional, digamos assim, mas chegando lá eu pude encontrar pessoas que me falaram principalmente do final do Cilon. Dois anos depois eu vim a escrever um livro que chama Antes do Passado, o Silêncio que vem do Araguaia, onde eu conto a minha busca pelo meu tio. E acho que a partir daí também que veio esse chamado para estar sentada aqui hoje, porque você escreve e você tem uma responsabilidade. E eu não gostaria de ficar me repetindo porque está tudo lá já escrito o que eu tinha para dizer. Eu vim mais

nesse sentido de contribuir mesmo. Eu acho um espaço importante. Eu torço e desejo que meu pai não morra como minha avó, sem saber nada. E torço também para que essa luta coletiva, principalmente dos familiares de primeira geração, que tiveram a frente de esclarecer, de montar essa história, que possa chegar para mais gente para que as pessoas possam saber a importância disso.

Mas, voltando do ponto onde eu parei do Cilon, eu tinha feito essa primeira viagem ao Araguaia, onde eu encontrei pessoas que eu acho que deveriam ser ouvidas em algum momento, dentre as quais, a Maria da Paz Bezerra, está no meu livro o nome dela, que me relata, que era uma moça na época, tinha 14 anos, e que me relata os momentos finais do Cilon. Que eu logicamente vou escrever isso de uma forma literária. Eu escrevi isso, não cabe a mim ir atrás da verdade. Cabe a mim aqui testemunhar, falar, olha, as pessoas, ao contrário do que se pensa as pessoas estão vivas e tem na memória muito forte, marcada...

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Essas pessoas lá da região não é?

**A SRA. LINIANE BRUM** – Da região.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Quais são? São três.

**A SRA. LINIANE BRUM** – Eu posso falar, teve uma senhora que morreu o ano passado, que foi a Maria dos Anjos. E tem a Maria da Paz, que era uma moça na

época, que tem a memória da época final do Cilon, do extermínio, ele já preso, abatido. É um pedaço da história, mas é um pedaço que vem, na verdade, só corroborar tudo o que o trabalho coletivo da Comissão de Familiares já fez até aqui.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Ok. Só para, o livro tem em exposição para comprar ou a gente tem que pedir para você mandar o livro? Você trouxe o livro?

**A SRA. LINIANE BRUM** – Não. É edição comercial.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – É comercial.

**A SRA. LINIANE BRUM** – É. Antes do Passado, o Silêncio que vem do Araguaia, da Editora Arquipélago. É um livro que recebeu também um prêmio da FUNARTI para ser escrito. Por isso que eu pude depois de dezembro de 2009 fazer mais duas viagens ao Araguaia em 2010 e aí eu já estava tentando colher informações e aí eu consegui conhecer outras pessoas que relatam principalmente o final do Cilon.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Você mora em São Paulo?

**A SRA. LINIANE BRUM** – Eu moro em São Paulo há 18 anos. Eu vim do Rio Grande do Sul. Tem uma outra coisa também que acontece também...

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Continua. É só para a gente ter amarrado essa questão do livro. Para poder trazer o livro. Pode continuar.

**A SRA. LINIANE BRUM** – O livro, as pessoas vão poder puxar os fios que eu não posso, porque o meu depoimento é baseado na emoção também de conseguir trazer algumas informações a público. Tentar tocar as pessoas pelo exemplo do que foi a luta desses meninos. Eram meninos. E também a partir desse livro tem uma outra fase da vida do Cilon, que foi a militância dele aqui em São Paulo antes de ir para o Araguaia, que eu acho que é uma história comum a todos, eles tinham uma militância aqui e depois iam, e esses relatos chegam também para mim, as pessoas me procuram e me fornecem esses relatos verbalmente. Eu parei de gravar as entrevistas, eu não tenho mais como fazer isso, mas meios, por hora, de fazer isso, mas eu tenho tido muitos retornos nesse sentido. Esses relatos às vezes chegam por internet também, são públicos, e eles dão conta de que, por exemplo, o Cilon já era perseguido aqui. A gente sabe que os militantes, quase todos já era muito perseguidos na cidade, então ele também dá conta disso. Eu tenho relatos do Moacir Oliveira Filho, do Odilon Peres, do Jorge Guedes, só para citar três nomes.

Eu estou colocando isso assim porque eu acho que alguém deve ir atrás disso em algum momento, eu imagino.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Só repete os nomes.

**A SRA. LINIANE BRUM** – Odilon Guedes, Jorge Guedes e Moacir Oliveira Filho são três nomes que me vem agora rapidamente. E essas pessoas dão conta de, o Moacir mesmo, publicamente já, falou que na tortura perguntavam pelo Cilon. Eu estou falando isso, eu posso trazer um pouco essa história individual, essa história que já é decorrente da minha procura por ele, que se deu nesse âmbito mais individual.

E eu acho que é isso que eu tenho a dizer por enquanto. Por hora eu acho que tudo já foi dito. Eu sempre fico, eu fiquei muito emocionada com os depoimentos. Eu sempre fico me perguntando, essa Comissão chama-se Rubens Paiva, e recentemente, quando acharam alguns documentos que comprovavam o jeito que o Rubens Paiva foi preso já estava tudo escrito desde 1982. Então também o meu sentimento de vir aqui, é um pouco difícil porque às vezes eu me sinto repetindo coisas. Isso que, eu comecei a falar agora também porque eu sou uma familiar de segunda geração. Eu não passei o que meu pai passou, o que minha avó passou. Então um pouco nesse espírito. Porque também às vezes a gente corre o risco de ficar congelado pelos próprios depoimentos. Espero que isso não aconteça.

E também um pouco, só para finalizar, um pouco, eu não posso deixar de pensar o que é que o Cilon e os outros guerrilheiros pensariam. Que 41 anos depois estamos aqui. Então gostaria de falar isso também. E não sei o que mais eu posso acrescentar para o trabalho.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Muito obrigado. Eu só queria, de público assim, mesmo no microfone falar que talvez a gente não tenha contato, se você se dispõe a ter contato com a Comissão, nos ajudar a aprofundar, mesmo que seja do Cilon, desses depoimentos que você precisa gravar, que a gente gostaria de não perder o contato com você.

**A SRA. LINIANE BRUM** – Tudo bem. Positivo.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Pessoal, eu queria pedir uma interrupção por cinco minutos para a gente poder dar uma reorganizada no tempo e na emoção aqui. Vamos suspender por cinco minutos.

\* \* \*

**A REUNIÃO ESTÁ SUSPensa POR CINCO MINUTOS.**

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Pessoal, eu queria ter dado o aviso enquanto ainda estava todo mundo aqui, hoje à noite, nove horas da noite, lá no cine da Livraria Cultura, aquele cinema que tem ao lado da Livraria Cultura, que era o Cine Bombril, agora é Cine Livraria Cultura, às 21 horas, os familiares da Iara Iavelberg fizeram um documentário, um filme recuperando as imagens, um filme muito bem feito sobre a vida da Iara Iavelberg. Basta chegar uma hora antes, é gratuito, basta chegar uma hora antes e pedir ingresso. Tem bastante ingresso. Então hoje, vou falar às 20 horas porque o filme começa às 21, no cine Livraria Cultura. E amanhã às 13 horas, tem

que também chegar meio dia para pegar os ingressos. Thaís, pede para o Danilo fazer um torpedinho e disparar do meu, ele sabe como fazer o torpedo, porque eu acho que está pouco divulgado esse lançamento. É no É tudo verdade, não é?

**A SRA.** – Isso. É no ‘Festival É Tudo Verdade’.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – É no Festival É Tudo Verdade.

Vamos continuar. Pede para o Danilo fazer o torpedo. Toninho, se você puder, filme da Iara Iavelberg. Vamos continuar. Quem vai primeiro? Grabois. Igor Grabois, filho de Gilberto Olímpio Maria. Neto de Grabois.

**O SR. IGOR GRABOIS** – Bom, como aqui hoje tem um fim de registro histórico, eu quando sou chamado para as mesas geralmente eu sou muito político e hoje eu não vou ser não. Hoje eu vou ser. Teve até uma época que me inventaram disputar o Palácio Bandeirantes em 2010.

Então vamos tentar pegar três aspectos. Uma é a história do meu pai, que é um lado, digamos assim, da minha história, que é diferente do Grabois que é mais conhecido, que tem toda uma história da trajetória do Movimento Comunista no Brasil.

Como a Comissão da Verdade é e São Paulo eu vou falar um pouquinho do período da clandestinidade nosso, que foi nessa cidade e abordar um pouco das buscas nossas. E eu queria falar um pouquinho uma coisa que eu nunca falei, que é um pouquinho da experiência que eu tive na região do Araguaia quando eu fui pelo GTA, pelos familiares, e como eu vi a região, o Grupo de Trabalho Araguaia. Isso na hora eu

explico, o Grupo de Trabalho Araguaia, porque eu acho que é importante também. Então eu não sei se eu vou, não sei se isso vai um pouco estourar o tempo, eu vou tentar ser o mais...

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Fica tranquilo. O tempo é seu.

**O SR. IGOR GRABOIS** – O meu pai nasceu em Mirassol. O Dossiê, o Memorial dele, pouco foi dito, o meu pai era filho de militantes comunistas. Já eram militantes comunistas na região do Rio Preto e aí, por motivos de trabalho, de buscas de novas oportunidades, meu avô, minha avó vieram morar em São Paulo. O meu avô trabalhava nos Artefatos de Couro, foi tesoureiro, depois foi Presidente do Sindicato dos Artefatos de Couro da década de 50. A minha avó era tecelã e foi da Comissão Estadual de Mulheres do PCB na década de 50. O meu avô foi Secretário Político do Comitê Distrital do Tatuapé durante muito tempo e o meu pai era da Juventude Comunista. A Juventude Comunista, pela Juventude Comunista que ele foi fazer Engenharia na Tchecoslováquia, como a Criméia colocou, que não eram cursos de políticos necessariamente, mas eram cursos regulares. O pessoal ia fazer curso superior. Um dos companheiros do meu pai de turma foi Presidente da Bosch do Brasil. Eu não sei o nome, mas essa era uma história que a turma do meu pai, um deles se formou foi para IBM. Ou seja, se tornaram profissionais, engenheiros. E o Osvaldo e o meu pai tiveram a opção de continuar a militância política. E nessa atuação na juventude, que a vida política e cultural da zona leste ela é marcada pela atuação dos comunistas, tanto do ponto de vista político, reivindicativo, mas também do ponto de vista cultural. O meu pai lutava box na Academia do Zumbano. O Zumbano era do Partido Comunista, o Éder Jofre, que é sobrinho do Zumbano lutou, foi contemporâneo do meu pai na Academia. Meu pai deve ter tido, se orgulhava para minha mãe como se tivesse, derrotou o Éder Jofre, mas isso deve ter sido mais ali na brincadeira. E os times de futebol eram coisas

que o Partido fazia. O Tatuapé era um reduto do Partido. Essa história eu fui reencontrar agora, 2005 para cá eu voltei a morar no Tatuapé fui reencontrar essa história. Essa memória ainda existe ali no meio dos moradores mais antigos. O meu pai vem da Tchecoslováquia já divergindo do PCB para montar o PCdoB. Ele e o Osvaldão vem já com essa disposição. Isso também tem a ver com a interrupção do curso e meu pai vai trabalhar na classe operária. Aí vai para o Rio para entrar para a redação da classe operária, que era um jornal legal. O Partido era ilegal, mas o jornal tinha sede, tinha circulação em banca. Diga-se de passagem, por mais que eu buscasse eu nunca achei as edições da classe operária de 62, 64. Eu nunca achei, já perguntei isso para vários pesquisadores, vários pesquisadores já me perguntaram e eu nunca consegui ver um único exemplar. Isso é algo que sumiu dos arquivos aí, pode ser que exista em algum lugar que a gente não sabe, mas a Biblioteca Nacional, na Biblioteca Mário de Andrade, nos arquivos das bibliotecas mais importantes nunca foi encontrado. (ininteligível) no CEDEM, dos institutos também, essa coleção da classe operária simplesmente não é disponível. Meu pai em 65 ele vai para Guaratinga, 65 foi que minha mãe diz que ficou grávida, eu trago isso pelo depoimento da Victória, que era um dois locais que o PCdoB avaliava, Guaratinga é no Mato Grosso hoje, que o PCdoB avaliava como possibilidade de montar um trabalho que se consolidou no sul do Pará. Eles foram para vários locais, Maranhão, o Bico do Papagaio, que é hoje o Estado do Tocantins, o sul do Pará. Meu pai quando vai para o Araguaia ele vai para Porto Franco, junto com o João Carlos Haas, junto com o André Grabois em um determinado período. Tem uma foto deles em Porto Franco. Minha mãe esteve um Porto Franco acho que uns três anos atrás para fazer um debate no campus da Universidade Estadual do Maranhão, e também a memória do João Carlos, do meu pai, do André ali também existe na população. Um trabalho similar ao que a Criméia descreveu, de saúde, educação, de prestação de serviços que sempre que os guerrilheiros, os futuros guerrilheiros passavam tinham essa marca.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Uma curiosidade, até que ano seu pai estudou Engenharia e o Osvaldo?

**O SR. IGOR GRABOIS** – Foi 60, 62.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Não. Até que ano assim, primeiro, segundo, terceiro...

**O SR. IGOR GRABOIS** – Acho que saíram no terceiro ano. É, no terceiro ano. Eles foram em 60, foi uma turma de 60. Aliás, a turma deles tinha várias nacionalidades. Tinha cubano, tinha argelino, tinha costa-riquenho. Isso eu vejo pelas fotos, minha avó que tem 89 anos ela guardou a memória desse período. Tem a foto deles na neve, o Osvaldo de sobretudo, eles todos sempre muito alinhados, de terno e gravata porque eles estudavam. Então tinha pessoas assim de várias, Colômbia, que eram todos da mesma, do Movimento Comunista Internacional. Eram todos jovens que tinham atuação ou as famílias tinham atuação nos Partidos comunistas e que iam estudar nos institutos, nas universidades dos países socialistas.

Então em 62 eles voltam, e meu pai era muito amigo do Osvaldo. Isso é uma coisa que sempre minha mãe sempre deixou muito claro, meu pai tinha uma amizade muito forte com o Osvaldão, por toda militância política e esse período que eles passaram lá no inverno, no frio, que as fotos que eu tenho são todas do inverno.

Em 64 minha mãe já estava, o casamento foi o casamento formal, já viviam juntos. O casamento foi em Araraquara, ou seja, um local que, vamos dizer assim, não levantaria suspeitas. Casaram com nome ilegal. Essa questão do nome ilegal e o nome legal ela passa a ser uma coisa fundamental. A sede do PCdoB antes de 64 era no Rio, ela passa a ser em São Paulo. Eu falo sede, não é uma sede virtual. A sede é a cidade onde os dirigentes se localizam. Vamos dizer assim, a direção do PCdoB ela sai do Rio,

vem para São Paulo por dois motivos. São Paulo é uma cidade que estava com o movimento operário e a importância política, econômica muito maior que o Rio depois que o Rio deixou de ser capital do país e no Rio eles eram muito conhecidos. Então, Para clandestinidade, ou seja, para submergir São Paulo era uma cidade que tinha mais facilidades. E aí foram várias casas, algumas eu me lembro, outras não. A primeira eu me lembro que era no Ipiranga, era um apartamento no Ipiranga. Eu me lembro do Paraíso, que era um apartamento no Paraíso. Nesse momento a minha avó ainda usava nome legal, porque minha avó como não casou formalmente com o Maurício Grabois ela não tinha o Grabois nos documentos. Era década de 30, no período da ditadura do Estado novo, eles resolveram se juntar, e foi até uma opção política se juntar, ou seja, não ter o casamento formal, ou seja, o amor que eles tinham era algo deles não da ordem burguesa, vamos dizer assim, e depois nós fomos para uma casa que era um cortiço, no Jabaquara, foi um aluguel emergencial. Até esse cortiço ele tinha vários problemas de segurança, que eram casas que eram voltadas para um quintal comum. Tinha umas 15 ou 16 casas. Desse período eu tenho uma lembrança muito nítida. E também do Paraíso que foi a última vez que eu vi meu pai, a gente estava ainda no apartamento do Paraíso que foi, depois vim, a saber, que era maio de 71. A última vez que eu o vi foi maio de 71. Eu devia ter quatro para cinco anos, mas eu tenho uma lembrança muito nítida.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – (ininteligível).**

**O SR. IGOR GRABOIS** – Nesse período era só eu. Era só eu. E eu tenho uma lembrança muito nítida, inclusive tinha a rural. Eu tenho uma coisa com rurais, com carros rurais por causa da rural do meu pai, que não era rural do meu pai, era uma rural do Partido que meu pai utilizava na militância. Então tinha uma, primeiro era um jipe, eu me lembro do jipe e me lembro depois da rural, que foi a última vez, inclusive teve uma viagem familiar para a Praia Grande, os pais dos meus pais, com meus avós

paternos e depois disso, então, a partir de 71, isso eu fui saber depois, veio os documentos com outro nome, que aí eu deixo de ser Igor e viro Jorge Freitas. Em 71. A minha mãe já tinha os documentos de Teresa da Rosa. No livro dela, do Maurício Grabois, do meu pai, ela descreve que ela foi a Porto Alegre, lá a direção do Partido apresentou uma certidão de nascimento. A Teresa da Rosa existe. A certidão de nascimento dela foi, vamos dizer assim, a plataforma para que ela pudesse virar Teresa da Rosa, durante um período Teresa da Rosa foram duas pessoas nascidas em Uruguaiana e a certidão de nascimento foi um registro, nasceu aonde? Nasceu em casa. E na época o controle era menor e o cara do cartório colocou nasceu em casa.

No réveillon de 71 para 72 foi à última vez que eu vi o meu avô, o Maurício, que foi também na casa do, nessa casa do cômodo do cortiço lá do Jabaquara. Essa foi à última vez que eu vi meu avô, também tem uma lembrança muito marcada. Eu lembro do meu avô no Paraíso e me lembro do meu avô também no Jabaquara. Também foi a última vez. Aí um belo dia, também fui saber depois, aí tinha um tio, mais tarde fui saber que esse tio era o João Amazonas, só que era tio. Era o tio o que? Tio José. Tio irmão de quem, isso nunca foi perguntando e nunca foi dito. E aí essa casa a notícia foi mais ou menos o seguinte, caiu o Araguaia, começou a guerrilha e tem que fechar essa casa, vamos correr. Aí nós fomos morar no Brooklin. É um endereço que eu não esqueço que é Matias Cardoso, 897, hoje essa rua é Roque Petrella, é uma região do Brooklin ali entre o que hoje é a Berrine e a Águas Espraiadas. Era o riacho da Águas Espraiadas. Eu passei na frente dessa casa em 2003 ela ainda existia. Eu passei nessa casa em 2003, com a minha companheira então. E essa casa durou de 72 a 79. Foi até a anistia. E essa casa, a Victória e a Alzira elas eram do núcleo de apoio do Comitê Central do PCdoB. Ela cumpria algumas tarefas de apoio ao Comitê Central. E essa casa ela era um sobrado e dentro da casa tinha uma biblioteca do PCdoB e uma parte das finanças do PCdoB também ficava nessa casa. A biblioteca, eu dormia no quarto da biblioteca, então haviam sacos de viagem de pano com rodinhas, o pessoal mais antigo lembra disso, esses sacos de viagem, malas de viagem, aí eu abri esses sacos de viagem e saiu um, tinham blocos de jornal enrolado, eu abri o jornal e ali estavam os livros dos chineses, soviéticos, da Editorial Victória, aí eu com 10, 11 anos comecei a ler esses livros, em inglês, espanhol, eu comecei a ler esse material, em francês eu não me arrisquei na época, mas comecei a ler em inglês e espanhol direto e foi a partir dali,

vamos dizer assim, e a minha avó Alzira, que era uma pessoa muito doutrinária, ela gostava assim dos gênios de Marx, Stalin, ela pulava o Engels e o Lenine, então tinha também, vamos dizer assim, um recrutamento constante por parte da minha avó, que morreu em 99.

Então essa casa ela tem essa duração. O Amazonas, o João Amazonas, o meu tio, que aparecia lá quinzenalmente, era 15 dias na casa, 15 dias fora, isso era uma coisa quase que relógio. Era uma das casas de apoio que o Amazonas utilizava como apoio. E em 76, quando teve a queda da Lapa, e eu fiquei sabendo disso, que tinha um jornal. Jornal da Tarde guardado com aquela foto da Lapa, dos tiros da porta da Lapa e tinha uma Veja também guardada com a matéria, e eu não entendi até hoje, aliás, fui entender depois, a minha mãe tinha conseguido, tinha tido uma única amiga que conheceu ela como Teresa da Rosa e que ela depois de 79 disse que ela era Victória. Essa amiga era uma Psicóloga, uma pessoa absolutamente progressista, a Liana, Liana Casaroli, já falecida, a Liana ficou comigo alguns dias. Eu fiquei uma semana na casa da Liana, nunca entendi, porque minha mãe ficou apavorada achando que todo mundo ia ser preso, ia cair, não sei o que, então eu ficava com a Liana e depois alguém ia buscar depois, digamos assim. E foi de 76 a 79, o Amazonas foi para o exílio, a Elza Monnerat, que era outro contato estava presa, foi presa na queda da Lapa, e as duas ficaram três anos sem contato com o PCdoB, no isolamento absolutamente completo nessa casa. Sem contato com o PCdoB, com contatos muito tênues com a família. O único contato com a família era pela irmã do Maurício, a Maria Grabois, que era a única pessoa que fazia a ligação para saber como a família andava, sempre um terror muito grande do, o exemplo, isso eu escutava essas conversas, o medo que era que a ditadura fosse durar como durou o Franco na Espanha, o Salazar em Portugal, que já estava a 40, 50 anos. O medo, será que esses caras vão ficar aí, a gente não vai sair da clandestinidade nunca. A angústia que minha mãe tinha. E em 79, com a anistia, eu pego uma Revista Isto É, tinha uma assim, com Stalin no leme, o PCdoB volta à cena. Essa era a manchete e tem a foto do Amazonas. Eu olhei assim, opa, eu conheço essa, é o meu tio. E como nessa época eu já estava absolutamente doutrinado, formado no marxismo, leninismo estrito eu falei, olha, vocês vão ter que me explicar algumas coisas. Por que é que os homens dessa família vão e não voltam. Eles estão eternamente viajando. A explicação não existia, aí teve um dia que eu, isso eu estava já com uns 13 anos e aí a história aparece

toda e a partir desse momento eu começo a fazer parte da célula. E a discussão política dessa célula ela é uma avaliação de conjuntura se a anistia era para valer ou não, se valia a pena sair para a clandestinidade, de ia ficar esperando a ordem do PCdoB sair da clandestinidade, o que é que fazia. Aí o Amazonas volta, isso eu não esqueço essa data, foi 24 de novembro de 79 ele vem para o Galeão, pega o avião, vem para São Paulo e a recepção, vamos dizer assim, do exilado do João Amazonas foi aqui em São Paulo porque no Galeão ninguém deu muita bola, acho que o PCdoB não devia ter muita organização no Rio, então na época, vamos dizer assim, o PCdoB se organizou para receber o Amazonas e foi um ato de mais de três mil pessoas no Congonhas, eu vou com a Victória, nós na clandestinidade da clandestinidade, fingindo que éramos pessoas e que estávamos esperando passageiros, que bagunça é essa que estava acontecendo, e a turma lá gritava, um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos o Araguaia em cada canto do Brasil. Como o Araguaia impactava, como ele fazia parte do imaginário da esquerda daquele momento em 79. E ali a minha gana era pegar o Amazonas e falar com ele. Nitidamente o Duarte segurando ele de um braço, o Arruda segurando o outro e a Victória não, não vai, não vai, não vai. E aí o PCdoB não deu a ordem, aí foi à reunião da célula que descobriu, procurou o Luiz Eduardo Greenhalg, que ele conhecia da televisão, que era o Advogado dos presos políticos, abriu o catálogo telefônico, Greenhalg ao telefone, aí minha mãe foi lá, se apresentou para o Luiz Eduardo, o Luiz Eduardo quase teve um, tomou um susto, eu sou Victória Grabois, filha do Maurício Grabois e aí começou, vamos dizer assim, o nosso retorno. Eu só fui recuperar os documentos, o nome Igor definitivamente em janeiro de 82. Foi uma resolução do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Tanto que quando eu fui, tenho 46 anos, sou mais jovem que a ditadura eu sou anistiado político. A Comissão de anistia até me deu um certificado lá que eu sou anistiado, e quando eles fizeram o cálculo para concessão da anistia eles fizeram um critério que foi, a partir da certidão de nascimento com nome falso até janeiro de 82, quando o Conselho, a perseguição foi de 81 a 82, então o que marcou, mas o fim da perseguição foi à resolução do Conselho Estadual de Educação, está lá arquivado na anistia. E aí foi. Eu acho que com esse grau de detalhamento eu nunca contei. Essa é a primeira vez que eu conto publicamente. Eu conto para algumas pessoas individualmente, mas assim para fins mais públicos foi à primeira vez.

Daí, vou tentar concluir rápido, um pouquinho do grupo de trabalho Araguaia, que foi, vamos dizer assim, a satisfação que o Governo brasileiro resolveu dar para os familiares. Eu sempre, pela portaria, um grupo de familiares acompanha as expedições e eu tive lá em setembro de 2011. E aí muito do que já sabia, as limitações do grupo de trabalho, os erros das buscas e buscas que se tornam vazios que simplesmente menosprezam. As contribuições que os familiares tiveram, ou seja, as informações que os familiares tiveram, a gente via eles dando volta em círculos, alguns dando volta por simplesmente não ter informação, no caso dos peritos, e alguns tendo a informação e não utilizando a informação.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Deixa eu te interromper uma coisa. Nessa cronologia, aí o Amazonas, vocês vão receber o Amazonas...

**O SR. IGOR GRABOIS** – A gente só vai entrar em contato com o Amazonas em 80. Em 1980.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Quando ele chega mesmo?

**O SR. IGOR GRABOIS** – Ele chegou no dia 25 de novembro em Congonhas, ele tinha chegado dia 24 no Galeão, chegou em Congonhas em 25 de novembro de 79. Foi o mesmo dia que o Arruda morreu, o Diógenes Arruda morreu de infarto no dia que recebeu o Amazonas.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Então deixa eu só, eu também nunca fiz essa pergunta para ninguém, mas vou tomar a liberdade de fazer para você e você responde se você quiser. Até então vocês se consideravam ligados ao PCdoB?

**O SR. IGOR GRABOIS – É**, nós ficamos ligados ao PCdoB até 87. Aí depois, por várias questões a gente acabou se desligando do PCdoB, tanto eu quanto minha mãe.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Então tanto você quanto sua mãe até 87 vocês se consideravam membros do PCdoB.

**O SR. IGOR GRABOIS – É**. Militantes. Fomos militantes do PCdoB. Eu assumi alguns postos intermediários no PCdoB de direção.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – É só para cronologia. Só para eu entender. Porque você já deu um pulo para 92, então...

**O SR. IGOR GRABOIS** – É. Eu pulei para, foi 82 que foi a questão da documentação escolar.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Isso.

**O SR. IGOR GRABOIS** – Agora, do PCdoB foi de 80, 87 que a gente continuou essa militância. Só em 87, a Amelinha lembra bem o período que nós tivemos o desligamento, a ruptura, expulsões, etc., etc., isso é uma outra história.

Mas, voltando para o GTA, voltando para o Araguaia...

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Mas é bom você traduzir bem o que é GTA, senão alguém pode pensar que é uma segunda fase da Guerrilha.

**O SR. IGOR GRABOIS** – É o Grupo de Trabalho Araguaia, que é constituído por militares. Mas o mais importante da minha viagem não foram às buscas em si porque era uma busca meio tiro no escuro, meio no vazio, e o Grupo de Trabalho Araguaia ele se baseava em depoimentos de mateiros e que sempre tinha uma preocupação de desqualificar os guerrilheiros. E a outra, de criar cortinas de fumaça, de fazer um trabalho de contrainformação para que a história não se revele. Uma coisa que eu tenho observado em todo esse período agora, nos últimos três, quatro anos, vamos dizer assim, principalmente a partir da decisão da Corte Interamericana dos Direitos Humanos, da sentença da Corte Interamericana, é um trabalho de contrainformação. Isso tem sido o tempo todo, de confusão, têm aparecido depoimentos de alguns

repressores, de alguns torturados e que algumas coisas com certeza são verdadeiras, mas outras inverossímeis, e isso carece de investigação. Ou seja, esse festival de contrainformação está pairando no ar. Uma preocupação de tirar essa dimensão humana dos guerrilheiros, uma preocupação de que os guerrilheiros, igualar os guerrilheiros à repressão política. Vamos colocar claramente, o livro do Hugo Stuart, esqueci o nome do livro dele, me fugiu agora, A Guerra da Selva, o livro do Hugo Stuart é claro nisso. A culpa é do massacre, é da direção do PCdoB e do governo militar...

**A SRA.** – E dos guerrilheiros.

**O SR. IGOR GRABOIS** – É. E dos guerrilheiros. Os próprios guerrilheiros são culpados do seu massacre. E o Hugo Stuart ele foi assessor do Grupo de Trabalho Araguaia até 2012, que nós denunciemos isso para o Ministro e o Ministro Celso Amorim se comprometeu publicamente pela segunda vez a não permitir que ele fosse. Aí na região, pegando um pouco ali, todo o imaginário da região, da população, toda referência histórica daquela população é a Guerrilha do Araguaia. Mesmo os que, vamos dizer assim, todo mundo de certa maneira, mesmo os que não tenham conhecido querem ter conhecido. Ou seja, a história daquela região, o imaginários daquela região se constrói em torno da Guerrilha. A identidade daquela região. Eu passei ali, eu não consigo saber qual é a, eu acho que é PA-156, eu não tenho certeza, que era a antiga OP-3 que faz a ligação Marabá-São Geraldo, que era a antiga OP-2, OP-2 que agora virou uma estrada estadual pavimentada. Andando aquela região o que a gente vê só tem selva original na reserva indígena e na base de selva da Brigada de Selva. Da 23ª Brigada de Selva. Tem aquela selvinha ali da base de selva. Vamos dizer que a selva mesmo é só na reserva indígena, o resto é o babaçual, que parece que o Maranhão mudou de local e a atividade econômica que a gente vê é o gado extensivo pobre, um gado absolutamente, então a selva se reconstitui de babaçu porque a atividade econômica que existe ali é aquele gado extensivo mais, e a gente vê a miséria da

população, ou seja, é uma região conflagrada, esquecida, que os serviços públicos são absolutamente precários. E como hoje, Criméia, o que a gente encontra lá é naquela balsa lá de São Geraldo para Xambioá é um posto da Polícia Militar do Pará com um Posto do ICMS, da Secretaria de Fazenda que cobra ICMS. Ou seja, o pessoal não vai de canoinha, mas vai de balsa e o ICMS com a Polícia Militar está ali junto, só que ficou um pouquinho mais sofisticado, não é na ruadeira com o barquinho, mas é, ou seja, a preocupação ali de tirar o, com a bandeirinha do Brasil e do Pará, agora tem a bandeira do Pará também. Eles botam a bandeira do Pará ali e do outro lado. E Xambioá me dá a impressão que é uma cidade que parou no tempo. Ela é a mesma cidade do período da região. Então eu acho que é importante dizer como essa, primeiro levantar a importância da Guerrilha, que é subestimada pela esquerda, é subestimada pela história oficial, mas também pela esquerda brasileira, sem caracterizar foco, maluquice e etc. e tal, mas essa Guerrilha ela construiu o imaginário, ela construiu a referência histórica da população ali daquela região.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Espera um pouquinho. Deixa eu me compor aqui que eu estava prestando tanta atenção. Mas evidente que você não pode falar pela família Grabois toda, agora, você há de convir que é indissociável. É evidente que aqui ninguém veio discutir Partido político nem nada, que a única representante do seu ex-Partido era uma assessora jurídica, talvez a gente não estava fazendo nem um erro processual, mas será que você podia falar um pouco então da contribuição da sua família, do seu avô. Eu acho que era interessante. Porque mesmo para a gente que viveu essa realidade à distância, quer dizer, tem alguns marcos na história do PCdoB. É o racha, eu acho que é o grande marco no PCB, as influências teóricas, a ida para o Araguaia, depois teve uma coisa gravíssima que foi a chacina da Lapa, você colocou outro marco fundamental que foi a vinda do João Amazonas. Mas então, para que a gente não entre nessa seara muito complicada da teoria política, dos rachas, você podia falar um pouco sobre a contribuição dos Grabois. Por exemplo, o Arruda também estava lá. Eu acho que podia falar um pouco da contribuição de vocês, na contribuição teórica, na contribuição do Araguaia. Mesmo porque, outro dia eu

assisti um debate, você é uma pessoa que tem uma formação teórica muito consistente. Então, aproveitando que talvez você nunca mais volte a fazer esse tipo de depoimento, aproveitar esse dia para que você pudesse falar um pouquinho da contribuição do seu avô e tudo mais, para a gente ter uma visão, no Rio de Janeiro também vocês têm familiares importantes até hoje na memória política, a Criméia, enfim, falar um pouco disso aí para a gente analisar um pouco o seu depoimento.

Eu só queria falar uma coisa, está tendo tanto aqui, exige um esforço de concentração muito grande, mas está tendo tanta conversa paralela. Por favor.

**O SR. IGOR GRABOIS** – Bem, vamos dizer assim, o Maurício ele entrou para o Partido em 1930 e ele entrou na Escola Militar do Realengo, que era onde o Partido recrutava, tinha aquela coisa do Prestes, etc., o Prestes veio depois, mas o fascínio pelo Prestes e o Exército brasileiro era cindido, inclusive vários militares foram para o Partido, Agildo Barata, Ivan Costa Ribeiro, o Prestes, o Apolônio, e o Maurício assim é a origem dele. 32 teve a revolta paulista e a Escola Militar do Realengo fez lá uma rebelião para se solidarizar a essa revolta paulista, então o Coronel José Pessoa, que é um ícone do Exército brasileiro chamou todos os alunos, quem fizesse autocrítica da rebelião estava aceitou na escola. O Maurício se rebelou, foi expulso da Escola Militar, virou profissional do Partido, aí foi só militância política de 32 a 72. Foram 40 anos de militância profissional sem falar que ele fazia algumas traduções, mas era basicamente, foi uma militância constante. O Maurício participou de 35, da insurreição, um plano armado que não se realizou, era para soltar os presos da Frei Caneca, aí ele não conseguiu passar com as armas porque as barreiras, a circulação no Rio de Janeiro foi impedida, e Maurício foi preso em 41, ficou quase um ano preso e em 42, 43, junto com o Amarílio Vasconcelos, que é uma figura importantíssima no Movimento Comunista do Brasil, que está esquecido, eles fizeram a Comissão Nacional de Organização Provisória que foi ser a Conferência da Mantiqueira em 43 e que marcou a política da esquerda, a estratégia da esquerda ela foi elaborada em 43 e com modificações, tudo mundo, quer dizer a ALN, o PCB, o PCdoB de certa maneira são herdeiros dessa política de 43 com as suas nuances, mas a questão da necessidade da libertação

nacional, das existência democrática, da construção de liberdade democrática no Brasil que sempre foi uma bandeira muito clara para a esquerda, isso foi elaborado lá em 43, e uma Conferência que ela é absolutamente importante, mas que eles não tiveram a capacidade de escrever uma única resolução. A resolução foi toda oral. E eles aplicaram, mas não teve uma resolução da terceira conferência do PCB em 43. A partir de 43 o Maurício é do Comitê Central, da Comissão Política e do Secretariado do PCD até 58. O Maurício em 55 ele foi chefiar a delegação brasileira o Vigésimo Congresso do Partido Comunista da União Soviética, tinham vários brasileiros lá, porque o Maurício fazia um curso. Ele foi Deputado constituinte, foi líder da Bancada, 46,48, foi preso novamente na cassação dos mandatos.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – (ininteligível).**

**O SR. IGOR GRABOIS** – Em 48? Não, eles foram todos, ali parece que foi um recuo meio desorganizado. O Partido não contava com a cassação dos mandatos. Primeiro eles cassaram o Partido e depois eles cassaram os mandatos. Tanto que o Pedro Pomar e o Arruda se elegeram Deputados pelo PSP, que era o Partido do Ademar de Barros, eles ainda não tinham, foi, vamos dizer assim, uma dupla ação. Primeiro eles cassaram o registro partidário e em seguida eles caçaram os mandatos. Por exemplo, o Jânio Quadros só entrou para a carreira política ele assumiu uma vaga de Vereador comunista que tinha sido cassado em 47, em 48, aí o Jânio era, fizeram o recálculo das cadeiras, pegaram as cadeiras do Partido e distribuíram entre os outros Partidos o Jânio foi o primeiro mandato dele de Vereador. Pouca gente sabe disso. O Jânio se tornou Presidente da República, mas a trajetória dele começou em uma vaga de um parlamentar comunista cassado. Maurício em 48 ele é cassado, aí ele vira Secretário Sindical de Massa do PCB, tem um texto dele importantíssimo da Conferência Sindical do Partido em 48 e a partir de 50 ele se torna o Secretário (ininteligível) e Propaganda e toda máquina de propaganda do Partido, que era precárias, mas era razoável, o Partido

chegou a ter 10 jornais diários, em várias cidades, em São Paulo era o Hoje, e que de vez em quando saía como Notícias de Hoje, porque o jornal era empastelado, proibido, aí no dia seguinte saía com outro nome. O Partido fazia esse esforço, Imprensa Popular, Tribuna Popular. O pessoal, mas não era... Não. É o mesmo jornal só que ele tinha vários nomes em função da perseguição que os comunistas, os jornais comunistas em particular sofriam. Então o Maurício dirigiu, 55 ele vai para a União Soviética fazer um curso de dois anos, o Jacob Gorender foi para esse curso. Em 56 ele participa lá da delegação do Partido, ele chefia a delegação do Partido dentro do Congresso, o Krushev denuncia os crimes de Stalin. Maurício discorda da postura do Krushev lá na União Soviética, volta em 57, o Partido se cinde nesse período, em 58 o Partido lança uma Declaração de Março, a famosa Declaração de Março de 58. O Maurício e o Amazonas, diga-se de passagem, foram os dois que votaram contra. É uma virada de linha do Partido, o Partido vai para uma linha mais reformista, vamos dizer assim, a partir dessa Declaração de Março e nesse meio tempo o Maurício e o Amazonas são destituídos da Comissão Política, mas só que eles não eram destituídos, eles ficaram no Comitê Central, mas foram exercer cargos intermediários. Aí o Maurício vai ser Secretário Político do Partido no Estado do Rio. O Amazonas vai para o Rio Grande do Sul e o Pomar ficou lá no distrital do Tatuapé meio que com a sua contribuição não sendo aproveitada com a experiência e a história dela como quadro permitiriam. Ele ficou lá meio que abandonado, vamos dizer assim.

Aí em 60 o Maurício tem um debate teórico muito forte, é um texto que o Maurício escreveu chamado Duas Concepções Dois Partidos, que também é um texto importantíssimo para a esquerda. Esses textos se encontram preservados na Biblioteca Nacional tem tudo, que foi a tribuna de debates do quinto congresso do Partido e que o Maurício polemiza com o Jacob Gorender. O Gorender defendendo a linha do oficial do Comitê Central e o Maurício divergindo. Um debate de altíssimo nível, poucas vezes encontrado na esquerda brasileira, isso eu posso dizer, não é porque era Maurício, era meu avô, e o Gorender também, diga-se de passagem, que eram dois teóricos que o Partido tinha, eram dois teóricos extremamente importantes e que vai redundar, a partir desse debate, em 62. E aí o Maurício tem todos os textos, União dos Brasileiros, em 66, que é a resolução da Sexta Conferência de 66 e por aí vai, ele vai tendo todas as, essa contribuição ele vai tendo sempre. É uma marco, é uma referência na esquerda

brasileira e que de certa maneira hoje é pouco estudada, pouco discutida. Então eu acho que isso tem a ver também, vamos dizer assim, o PCdoB do Maurício de certa maneira ele vai ficando no caminho. Tem um companheiro antigo fala, a corrente do seu avô. Eu falo para ele, como corrente do meu avô? Como é que pode dizer isso? Mas, digo assim, a referência dele. Então, grande parte dos quadros que o Maurício formou ou contribuiu na formação ficou no Araguaia. Outra parte dos companheiros do Maurício ficaram na Lapa. Vamos dizer assim, toda a influência direta do Maurício sobre a formação de quadros ela é destruída pela ditadura, ela é exterminada pela ditadura. Ou seja, a contribuição teórica e política do Maurício que poderia ser continuada ela fica, e, vamos dizer assim, o PCdoB, a partir de 72 ele incorpora uma parte da APML, e como boa parte do Comitê Central eleito na Quinta Conferência de 66 morreu no Araguaia e foi terminar de morrer, vamos dizer assim, na Lapa, a direção da APML assumiu esse papel do Comitê Central do PCdoB. E aí, de certa maneira não tem essa memória, não tem essa vivência. Mesmo o pessoal tendo idade compatível para isso, mas porque veio de trajetórias completamente diferentes. Então o Maurício ele é pouco, então, por exemplo, o primeiro livro que saiu do Maurício foi o do Bertolino, do Osvaldo Bertolino, saiu pela Editora Anita Garibaldi, mas é um livro muito baseado em documentos, só documentos. Ele pegou lá os pronunciamentos do Maurício na Assembleia Constituinte, reproduziu, trabalhou em cima deles, mas não conseguiu pegar essa dimensão toda. Minha mãe lançou um livro, vai lançar agora em São Paulo, vou fazer aqui já o merchandising aqui, minha mãe vai lançar o livro dela, a Criméia vai fazer parte da mesa, no dia 21 de maio no Teatro Heleny Guariba, na Praça Roosevelt, 184, o antigo Núcleo 184. Vai ser lá no espaço que dirigido pela Dulce Muniz. Então é um livro da minha mãe que também tem aspectos teóricos relevantes, mas é um depoimento de filha, importantíssimo.

Essa contribuição do Maurício para a esquerda, para o Movimento Comunista e em resumo para a História do Brasil ainda é algo que carece de discussão. Vamos dizer assim, ele tem um peso igual à Marighella, a Prestes, ao João Amazonas, ao Mario Alves, ao Gorender, pegando assim alguns dirigentes da geração dele ou um pouco mais antigo que tiveram o peso dele, o Arruda, etc.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Bom, só para então a gente poder concluir, o primeiro livro que você falou, fala os dois livros.

**O SR. IGOR GRABOIS** – Um chama-se Maurício Grabois, é o livro do Osvaldo Bertolino, que é pela Editora Anita Garibaldi, está em segunda edição. E o Maurício Grabois, Meu Pai, que é da Victória Grabois, que é da Editora Hexis e que vai ser lançado agora aqui em São Paulo, já foi lançado no Rio dia nove e vai ser lançado dia 21 de maio aqui em São Paulo no Teatro Heleny Guariba às 19 horas.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Vamos passar para o Riba, mas só para lembrar, sábado é o lançamento do filho do, do livro do Dermi. Depois me dá uma referência. O Dermi Azevedo lança o livro sábado, duas horas da tarde no antigo prédio do DOPS no Memorial da Resistência a partir das 14 horas. Então vamos lá Ribas, grande Ribas, União Paulista de Estudantes Secundaristas. Grande agitador, grande companheiro.

**O SR. JOSÉ DALMO RIBEIRO RIBAS** – Boa tarde a todos. Queria me dirigir ao Deputado Adriano Diogo para enaltecer e agradecer o papel destacado que você tem tido na consumação da Comissão da Verdade aqui em São Paulo. Eu entendo que em termos de doção, de compromisso, nós estamos vivendo uma terceira onda revolucionária. Primeira foi aquela da anistia, seguiu-se a luta pelas eleições diretas e agora é a Comissão da Verdade. Eu confio, guardadas as peculiaridades de cada uma, o momento histórico de cada uma, a mesma importância política. Ou seja, o Brasil será diferente caso consigamos um bom êxito na apresentação desse relatório que em

princípio está marcado para o ano que vem, quando completamos 50 anos do golpe de Estado, mas que, eventualmente, face à quantidade de lixo que está acumulada embaixo do tapete pode vir até a ter uma prorrogação. Mas, eu tenho certeza de que se soubermos dar continuidade ao trabalho que estamos fazendo agora nós teremos criado condições para que a gente suba para um novo patamar em termos de participação política no futuro.

Já falei várias vezes em situações públicas a respeito do meu irmão e eu sinto que muitas vezes determinados aspectos da pessoa dele ficam omitidos por conta de que o que ganha destaque é o lado, vamos dizer assim, institucional da participação dele. Então, o fato de ter sido preso político, o fato de ter participado do Congresso da UNE, de ter sido Presidente de uma entidade de representação de estudantes, então fica, vamos dizer assim, com muito destaque a pessoa política pública e a gente deixa de contar um pouco como é que se estrutura, dentro da cabeça de uma pessoa, a participação política. E para isso eu tenho que contar não só de como a política foi parar dentro da cabeça do Guilherme, a ideologia foi parar dentro da cabeça do Guilherme, mas falar também do que se passou à época em que essas coisas aconteceram. Eu nasci em 24 de novembro de 1944, então esse ano eu completo 69 anos. Diz o Millôr Fernandes, que depois de uma certa idade o homem não precisa mais estudar história, basta recordá-la. Eu acho bem legal, porque uma porção de episódios que são lembrados aqui, nomes que são citados, são pessoas com as quais eu convivi, pessoas que eu conheci pessoalmente. Então nós falávamos a pouco da Lúcia Petit da Silva, Jaime Petit da Silva, e o Lúcio, eu morei com o Lúcio. Nós tínhamos uma convivência diária dentro do aparelho do Partido lá no Jardim Chapadão em Campinas em frente ao Quartel, em frente à Escola de Preparação de Oficiais do Exército lá em Campinas. Quando falam da natureza humanista do Petit, do Lúcio, eu me lembro de um episódio pitoresco em que nós morávamos no mesmo aparelho e saímos à noite de carro para cumprir alguma incumbência à noite lá na região. Mas, tendo esquecido o principal da nossa viagem, era um documento, um pacote com jornais, alguma coisa assim, a gente retornou, chega em casa havia um ladrão dentro de casa. Isso era complicado dada a natureza das coisas que existiam lá dentro. Não tinha nada de muito valor, mas tinha aqueles estêncis, mimeografo, tinha revolver, tinha uma série de coisas que poderiam causar um transtorno grave. Então, qual foi à medida que nós tomamos? Foi assim, preparar um

jantar para o ladrão. Porque a primeira ideia foi doutrinar a ladrão que ele estava em um caminho errado, que o problema dele tinha uma natureza social, e não só conversávamos com o ladrão, ideologizávamos a explicação do que se passava como preparamos um jantar para o ladrão. Um jantar feito às pressas, ele comeu, bom, agora você está satisfeito, fechamos a porta, fomos embora, quando voltamos quatro horas depois o ladrão tinha aberto de novo a porta e levou as coisas que ele achou interessantes. Então, nesse dia nós fomos fracos em matéria de conscientização.

A Lúcia, eu fui convidar a Lúcia para ingressar no Partido, a Maria Lúcia, porque segundo o Lúcio, santo de casa não faz milagre, então, coube a mim a tarefa, a responsabilidade de convencer a Maria Lúcia a entrar no Partido. E tentei a mesma coisa com a Laura, mas a Laura estava dentro de um outro momento na vida dela, com criança pequena ou recém-casada, não era? Recém-casada. Então eu lembro com clareza que ela definiu qual era o nível de comprometimento dela naquele momento. E não fosse o bom senso dela nos não a teríamos aqui nesse momento. Seria o quarto elemento da família que teria desaparecido no Araguaia. Ou não. Talvez fosse o princípio de sensatez, de realidade lá.

A verdade é que essas coisas todas, voltando para minha história pessoal, começam em casa, ainda naquele período anterior ao término da guerra. Se eu nasci em 44, ainda o Brasil não havia sido lançada a bomba de Hiroshima, não existia ainda o término da guerra, mas, logo depois essas coisas sucedidas, do ponto de vista político, em uma transformação grande na sociedade brasileira porque há a deposição de Vargas e é realizada a eleição da Assembleia Nacional Constituinte, que deu a Constituição de 46, que é justamente quando tem início esse período de buscas, de atuação da Comissão da Verdade.

Quem éramos nós nessa época, na década de 40? Nós éramos uma família pobre, simples, meu pai morava no interior, morava em Eldorado Paulista, que à época chamava-se Xiririca e era justamente o lugar onde estava à fazenda do Doutor Jaime de Almeida Paiva. Doutor Jaime de Almeida Paiva era um senhor de origem portuguesa, um empreendedor no campo da pecuária, da agricultura, e que via uma perspectiva de desenvolvimento econômico para a região do Vale do Ribeira. Ele é, não mais nem menos que o pai do Rubens Paiva e o avô da Verinha, do Marcelo e esse pessoal todo.

Então, por razões históricas, ou porque o Brasil, ou por contingências do destino eu acabei conhecendo a irmã da Laura, convivendo, morando com o irmão da Laura, conheci pessoalmente o avô do Igor, tive a oportunidade de cumprimentá-lo. Não tinha aquela condição partidária de estabelecer o diálogo ideológico, mas, respeitosamente fomos lá cumprimentá-lo e nos colocar na condição de militantes e combatentes daquilo que estava sendo proposto na reunião da qual ele fazia parte.

Mas, ainda uma vez, retornando então a origem disso, meu irmão chamava-se Antônio Guilherme Ribeiro Ribas. Esse Guilherme foi uma homenagem prestada a um médico que trabalhava nas classes laboriosas, morava lá na Vila Mariana, na mesma rua que nós, Rua Joaquim Távora, e era um médico que exercia a Medicina daquela maneira antiga que se conhecia. O médico de família. Então ele tinha várias habilidades, uma delas era realizar partos. E minha mãe teve no Guilherme o seu último filho, que nasceu de oito meses. Então, quando o Guilherme nasceu o meu pai não estava em casa. Estava lá na Fazenda Fértilia, lá em Xiririca, em Eldorado Paulista. E o Doutor Guilherme cumpriu as funções de obstetra ali, fez nascer o Guilherme e o Doutor Guilherme era uma figura original. Ele gostava de política, então durante todo o ano de 45, 46 ele era um dos que rabiscava as paredes da Vila Mariana colocando o nome do Iedo Fiúza para Presidência da República. Ele era Homeopata, então ele entusiasmava-se em divulgar a Homeopatia e tinha um grave defeito aos olhos do Humanismo presente. Ele gostava de rinha de galo de briga. Então ele tinha na casa dele uma coleção de orquídeas maravilhosas, eu lembro disso, uma rinha de galo de brigas e quando o Guilherme nasceu, com oito meses de idade, ele não teve dúvidas. Na falta de uma encubadeira ele levou uma chocadeira de ovos de galo de briga, adaptou de tal forma que o Guilherme ficou aqueles 15 dias que faltavam para nascer na encubadeira do galo de briga. Aí Dona Yaya, que era minha mãe, sempre que surgia algum descompasso na vida do Guilherme, ele era assim supostamente mais intempestivo, mais agressivo, mais posicionado, minha mãe falava, isso é coisa do Doutor Guilherme, porque foi colocar na chocadeira do galo de briga e acabou criando um encunqueiro. Usando uma expressão dela, meu filho, você vai lá, mas você resolve esse problema de uma maneira educada. Não vá como um português xucro. Dona Yaya, olha só.

E em 40, final da década de 40 ainda estava muito próximo da Revolução de 32. Meu pai participou da Revolução de 32, Revolução Constitucionalista. E a época,

quando se recomendou que os combatentes devolvessem as armas, ele que havia adquirido a patente de Tenente na revolução negou-se a devolver as armas. Então ele tinha um fuzil que fora da guerra de 14, ele tinha uma espingarda Marlin 44, uma caixa cheia de granadas, e aquilo era guardado em cima do guarda-roupa e era um objeto de fetiche tanto para mim como para o Guilherme. Ficava como se houvesse um subtexto nas conversas que nós tínhamos que alguém para ser homem de fato tinha que fazer uma revolução. E quando perguntávamos para o meu pai se procedia esse tipo de informação ele dizia assim, no Brasil sempre a gente tem que ter um lugar para se esconder e uma arma para se defender. Então isso nos foi inculcado de uma forma muito mais, vamos dizer assim, militarista do que ideológica, mas a gente achava que em algum momento aquilo poderia fazer um sentido mais próximo para nós.

Para complicar a situação meu irmão mais velho, era sete anos mais velho que eu, casou-se aos 19 anos. Casou-se com a filha de um sindicalista metalúrgico que era um ativista político bastante conhecido à época no PCdoB, no PCB que era o Francisco Romanini. O Francisco Romanini tinha uma larga história. Quando eu o conheci, ele vendia o jornal Voz Operária, e outros documentos do Partido, na feira da Vila Clementino, ali próximo do Hospital São Paulo, para atrair a atenção dos passantes. A Romilda, que foi quem casou com o Valter, tocava acordeom. Era uma figura, a Romilda tocando acordeom e ele vendendo o material do Partido e criticando a política da época. Ele se referia sempre, essa burguesia. Mas tinha também a sua maneira mais direta de abordar o próximo de uma maneira que inculca na alma a inquietação.

Veja só, era uma festa de aniversário na casa do meu irmão, eu devia ter uns 12 ou 13 anos, o Guilherme, um ano e meio mais novo que eu, e o seu Francisco nos chama de lado e pergunta o que fala, o que é que vocês querem ser quando crescer? Aí eu inventei uma resposta que me parecia importante, alguma coisa do tipo, eu quero ser piloto de avião, quero ser advogado, alguma coisa desse tipo. E o Guilherme, como minha mãe dizia, era o meu papel carbono. A distância de idade era pequena, então ela dizia, esse menino é um papel carbono, tudo que o outro faz ele repete. Então o Guilherme reproduziu também uma resposta que ia mais ou menos na linha do que eu estava informando. Aí vem o seu Francisco e nos coloca um princípio de realidade. Ele falou, isso que vocês estão falando é uma tolice. Vocês não vão conseguir nada porque vocês vivem em uma sociedade de classes. Eu lembro que ele fez um desenho e nos

colocava no pé do desenho. Vocês estão aqui embaixo, se não houver uma luta revolucionária que transforme tudo isso aqui, vocês nunca vão chegar aqui em cima.

Nós saímos daquilo, levamos a preocupação para dentro de casa e a história acabou em um conselho de família onde meu pai estava sendo posto a par do que aconteceu na conversa com o senhor Francisco Romanini. Aí meu pai falou que não era bem assim, citou o exemplo do americano, do homem feito por ele mesmo, foi na estante e pegou um livro do Alexis Carrel, chamado O Homem, esse Desconhecido, me entregou e disse, olha, você já está na idade de entender esse livro aqui. Daí eu fui procurar, o livro era interessante, mas não tinha a resposta que eu queria. Então, o que é que acontece? Esse interesse, esse gosto pela participação política, foi uma coisa que veio lá de trás sabe-se lá de que maneira aquilo foi se constituindo dentro da cabeça da gente.

Antes de ir para o Araguaia o Guilherme já havia sido preso. Foi preso em uma manifestação do dia sete de setembro de 1968 diante de um palanque em que estava como autoridade maior o Governador do estado, Doutor Roberto de Abreu Sodré. Ele foi preso e outros também o foram. Por que é que houve essa intervenção assim tão efetiva? Porque no primeiro de maio nós tínhamos participado do apedrejamento do palanque do Sodré lá na Praça da Sé. Então, quando ele viu aquela bandeira, lá no inconsciente aquelas figuras conhecidas ele falou, vem pedra. Então interferiu, prendeu, ele ficou 30 dias preso. Quem foi tirá-lo da cadeia foi uma Advogada do Partido. Uma pessoa que às vezes é muito pouco lembrada, mas uma pessoa de uma coragem extraordinária, uma Advogada chamada Doutora Maria Aparecida de Faria Pacheco, conhecida como a Pachequinho. A Pachequinho era Advogada do grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo, ali no grêmio da Rua Maria Antônia.

Então a Pachequinho foi lá, tirou o Guilherme da cadeia, passados os 30 dias. Só que, na semana seguinte, haveria o Congresso da UNE. Nós nos reunimos para ponderar se ele devesse ou não participar do Congresso. A determinação do Partido, a gente afia segundo o centralismo democrático, então você opina, mas quem fecha a questão é a instância superior. Então foi dito que não, você vai participar sim do

Congresso da UNE. Mas parece que é um congresso bichado, que há possibilidades de cair todo mundo. Aí eu lembro das palavras do camarada Diógenes de Arruda Câmara, ele foi categórico, ele falou, prisão não foi feita para cachorro. Se é pra ser preso, que seja preso. Aí eu fui lá e cumpri a ordem. Olha, é para ir lá mesmo. E deu no que deu, encontrou com a Criméia, encontrou com uma porção de gente.

Mas na verdade, ele que sequer era universitário, ele foi indiciado como um dos quatro responsáveis pela realização do Congresso. O Zé Dirceu de Oliveira, o Travassos, Luiz Gonzaga Travassos, o Vladimir Palmeira e o Antônio Guilherme Ribeiro Ribas. Eles estão ainda na fase de instrução do processo, há o sequestro do Elbrick e Vladimir, Zé Dirceu e o Travassos são trocados pelo Elbrick, junto com outros prisioneiros, o Bezerra, Gregório Bezerra, aquele pessoal todo que a gente lembra da importância que teve aquela primeira ação militar. Por que o Guilherme não foi? Por dois motivos. Primeiro porque ele era secundarista e, no entender dos companheiros, vamos gastar uma vaga no avião à toa, porque afinal de contas ele não tem nada a ver com isso. Tinha, porque foi à única pessoa condenada por ter organizado e participado do Congresso de Ibiúna. Todos os demais, por diferentes razões, as mais variadas, não foram. O único estudante condenado que foi condenado por ter participado de Ibiúna no trigésimo congresso foi um secundarista. Então, aí você vê o nível da arbitrariedade. Não importava a condição da pessoa, mas sim a birra que se tinha contra ela.

Ele cumpriu pena durante um ano e meio. Saindo da cadeia, cinco ou seis dias depois, caiu o Vale do Ribeira. Aí que a coisa complicou. Por quê? Porque meu pai, desde o início da década de 40, estava no Vale do Ribeira. Tinha comprado um pedaço de terra ali na Serra do Azeite, onde estava localizado o Sítio Kanikaru. O sítio Kanikaru era por onde o Lamarca fez o ingresso para entrar no mato ali, então, quem dirigia as ações representando o exército, era o, o que foi Secretário de Segurança. O Erasmo Dias. A primeira coisa que ele fez foi mandar prender meu pai. Meu pai ficou quatro meses preso na Aeronáutica. Em um dos interrogatórios, lhe foi dito o seguinte, nós sabemos que você tem dois filhos na subversão, se eles se apresentarem, você sai. Em outro momento, quando eles foram mais duros, eles disseram, olha, seus filhos estão na lista dos incorrigíveis. Esse pessoal, quando for encontrado vai ser simplesmente morto e não vai nem ser notificada a família. Foi o que eles fizeram. Ainda no caso do Guilherme eles capricharam porque, além de morto ainda foi degolado. Então, a

exemplo de todos os outros desaparecidos, nós nunca tivemos nenhuma informação a respeito disso.

Existe um lado da militância política que durante muito tempo me atormentou e que eu guardei para mim até por conta de que roupa suja não se lava fora. Mas, a Comissão da Verdade tem me induzido há pensar um pouco a respeito de coisas que se passaram comigo e que estavam muito bem esclarecidas. Tem me possibilitado verificar que não é bem assim. Por exemplo, nesse episódio que eu contei, nesse momento anterior, quando eu falava que o Vladimir, o Travassos e o Dirceu foram trocados e o Antônio Guilherme não o foi. Por que é que ele não foi? Porque ele era secundarista? Não. Porque, na hora que o Elbrick estava sequestrado, veio um documento que pedia para que o Partido subscrevesse aquele documento e conferisse um arco mais amplo para a ação que estava sendo realizada e a orientação do Partido foi a seguinte, nós não vamos subscrever isso. Esse tipo de ação não corresponde à nossa maneira de agir. A gente sabe como é que isso começa e quando terminar vai estourar nas nossas costas e, portanto nós não vamos assinar isso. E a retribuição foi ele não ser incluído na lista. Nem ele e nem ninguém do PCdoB. Agora, isso é feio de se contar, mas faz parte da verdade, é a história do Brasil. Era a compreensão que se tinha na época. Mas para você, que é militante, que estava dentro do Partido, nossa gente, mas eu me senti tão humilhado e tão mal, não só diante do que estava acontecendo, como divergência posta dentro de mim, a ambiguidade entre aceitar a posição do Partido ou contestar essa posição do Partido.

Hoje está tranquilo, eu entendo o que se passou, mas na época foi muito difícil. A militância é uma coisa muito complicada, porque às vezes a gente fala de uma forma que parece que tudo era bonito e heroico, mas não era só bonito e heroico. Existe uma frase do Mao Tsé-Tung que acho lapidar, ele fala, revolução não é um banquete de gala. Então, em se considerando que a revolução não é um banquete de gala, a gente sabe que as posturas protocolares não são assim tão limpinhas como nós gostaríamos ou como a gente idealiza.

Eu lembro, durante muito tempo, a sensação de vergonha que eu tinha de não ter sido preso e nem morto. Uma coisa absurda. É coisa para divã de psicanalista. Agora, qual psicanalista que iria entender um negócio desses? E às vezes essas coisas

aconteciam de uma forma muito contundente, porque você encontrava, dentro da sua família, opiniões que eram opostas a você. Não raras vezes ouvi comentários do tipo assim, é, quem deveria estar preso não está, e quem não deveria, está. O que deveria ser estendido, quem deveria ter morrido não morreu e quem deveria ter... Isso aconteceu muitas vezes. Eu casei seis vezes e vou colocar isso na conta da ditadura também. Depois eu precisei entender o que é que acontecia para que essa parte que envolvia sentimentos e emoções mais finas ficasse tão prejudicada como ficaram comigo. Eu tenho três filhos, um de cada relação. O que acontecia que de repente não durava o tempo suficiente para ter um segundo filho? O primeiro, como é que ele chama? Daniel Araguaia. O segundo, foi difícil certificar como Daniel Araguaia porque o escrivão achou estranho, não por razões policiais, nada. Araguaia, por que Araguaia? Eu falei, porque o avô dele gosta muito de pesca. Então eu botei esse nome, Daniel Araguaia. O segundo, Guilherme. Por quê? Porque era meu irmão, Antônio Guilherme. Eu queria homenagear o Guilherme de alguma forma. O terceiro, Gabriel. Gabriel vinha como o anjo da anunciação. Mas trazia para mim um conflito, porque a mãe do Gabriel é policial e o pai dela tinha servido no DOPS no período da repressão. Então, veja como trabalha a natureza humana, o espírito humano, que leva você a realizar ações que eu chamaria, eu sou psicólogo de formação, eu chamaria assim de uma atitude contra fóbica. Era assim meio que um desejo secreto de saber o que acontecia dentro da cabeça de um Delegado do DOPS à época em que eu temia tanto o DOPS.

Essas coisas normalmente não são contadas. Não são contadas porque a gente também tem os nossos mecanismos de racionalização e a gente se protege dessas coisas todas. É simplesmente uma coisa terrível. Você andar com um documento no bolso, com um nome que não é o seu, é uma coisa terrível porque torna você invejoso. Eu lembro que muitas vezes eu ia fazer os meus contatos, para arregimentar pessoas, para trazê-las para o Partido, e na casa, na família eu era apresentado como um amigo, esse aqui é o Dalmo, também faz Medicina lá em São Paulo. Daí eu via a mãe que tinha ido buscar o filho para almoçar na casa dela, a cunhada que não sei o que, que estava com o sobrinho, e você morando em um quarto de pensão desgraçado, muxibento e falando, nossa, a vida está passando e quem eu sou de fato? Que vontade que não dava de largar tudo e falar assim, para o inferno revolução, o que fosse. Eu queria mesmo era ter uma

família com uma constituiçãozinha burguesa, tranquila, que tivesse sogro, uma sogra. Alguma coisa que me oferecesse estabilidade.

Eu acho que tudo isso faz parte da Comissão da Verdade. Esse grito parado dentro da gente é uma coisa que ficou na cabeça de muita gente e que acabou descambando em droga, acabou descambando em alcoolismo. O Chico Romanini, coitado do Chico Romanini, ele passou pela cadeira do dragão. Ele foi miseravelmente torturado, foi arreventado. Quando ele saiu de lá a alegria dele se resumia a jogar bocha e beber, beber, beber, beber, de uma forma que não dava para a gente reverter aquela situação. Assim como ele, quantos que entraram nisso? Então eu acho que é importante a gente contar essas coisas porque a gente não tem uma noção de que, mesmo passados 50 anos, essas coisas se cicatrizaram. Não cicatrizaram. Elas estão ali dentro da gente, incutidas, em algum momento, eu vou visitar, eu ainda hoje faço parte do PCdoB, mais por razões afetivas do que ideológicas. Mas eu vou visitar a sede, ali na Amaral Gurgel, vejo aquele monte de papel em cima das mesas, eu faço parte do Núcleo de Documentação e Memória da Fundação Maurício Grabois. Eu vejo aquele monte de papel assim em cima da mesa, fotografias, a bandeira do Partido do lado de fora, eu ainda tenho um impulso de me proteger. Eu falo, esses caras estão loucos. Estão botando a bandeira aqui do lado de fora. E se entrar alguém e apanhar tudo isso que está em cima da mesa? Coisas desse tipo que são, vamos dizer assim, reatividades que ficam guardadas dentro da gente de uma forma muito profunda.

Hoje, quando ouço falar que a Comissão da Verdade, entre muitas propriedades ela tem também a propriedade de servir como uma espécie de uma psicoterapia para os ex-militantes, eu concordo. Essas sessões de testemunho são como, por exemplo, essa situação que nós estamos vivendo agora. Eu estou dando um testemunho. Vocês não tem ideia do prazer que me proporciona. A sensação de limpeza, de higiene interna que me proporciona poder falar dessas coisas.

Essa acho que é essa a situação. Lamento muito a morte do Guilherme. Ele foi parar no Partido porque eu o levei para o Partido. Quando ele separou, quando ele despediu-se de mim, eu tinha ficado mais de anos sem vê-lo. Um ano e 10 meses sem vê-lo porque meu pai e minha mãe iam visita-lo, mas eu não poderia ir, então eu não tinha contato com ele. Os nossos contatos eram intermediados por pai e mãe. Mas

naquele dia era o dia que ele ia se despedir para ir para o Araguaia, então nós nos reunimos na casa do meu irmão Valter Rafael, lá na Rua dos Comerciantes, número 101, onde hoje é a Estação Jabaquara do Metrô, e ele conversou sobre a consciência que ele tinha do caminho que ele estava tomando. E lamentou uma dor que estava sentindo no dente canino que estava visivelmente cariado. Eu lembro de eu me demorar mais tempo conversando sobre aquele dente canino dele cariado do que propriamente da escolha que ele estava fazendo, porque para mim era muito doloroso. Mas perguntei, você tem confiança naquilo que você está escolhendo? Ele falou, para mim não tem mais retorno. Ou eu vou para a guerrilha e volto de lá junto com uma revolução, ou prefiro a morte.

Nessa hora, ele me entregou alguns poemas que ele tinha, que ele gostava também de escrever. Dentre esses havia um que achei de extrema sensibilidade, mas muito pesado. E eu guardei esse poema comigo e eu vou ler agora em homenagem ao Guilherme e a todas as pessoas que, assim como ele, acreditaram nos sonhos. Ontem eu assisti o Caetano Veloso, ele falando do Marighella, ele falava, ele canta, em um refrão ele fala assim, os comunistas acreditavam em sonhos. Os comunistas tomavam conta dos sonhos. E não é possível se viver sem eles. É mais ou menos esse o refrão da música do Caetano. Mas esse aqui é o Guilherme falando. Ele fala assim, a morte que eu me desejo, capaz de recompensar a vida em um só lampejo, é uma morte bem dóida, morte sem ser herói. Morte, em que muitos morrendo, na verdade morrem só. Morte sem anjo da guarda, morte do anjo que aguarda, morte do anjo sem dó. Tem que ser no meio dia, em que tendo vivido só meio, me valha por dia inteiro. Semana, mês, ano ou segundo que justifique existência. Em que não falte à bala da inclemência e a forçada reverência que faz aquele que abala, ferido no ponto que cala, ferido no peito que é mala, de um coração que viaja, de um coração de campanha. Tem que ser em chão de terra a morte que vou morrer. Tem que haver rumor de guerra na morte que vou morrer. Tem que haver uma mortalha na morte que vou morrer. Em nome do socialismo, que transforma em bandeira, a morte que vou viver.

São as palavras do Guilherme. Então, nesse momento é que se ele tivesse aqui sentado, eu mediunicamente incorporando o Guilherme e transmitindo para os presentes o grau de consciência que ele tinha do que ele estava fazendo. Da minha parte, eu que não tenho esse pendor para poesia, fiquei encantado quando eu comecei a participar da umbanda e fico contente de saber que o Lúcio frequentava o treco lá no Araguaia.

Quando eu entrei para a umbanda a coisa que mais me emocionava era, na gíria dos erês, um ponto que eles cantavam assim, *ê meu irmão, ê irmão meu, cadê meu irmão que não vem brincar mais eu. Ê meu irmão, ê irmão meu, cadê meu irmão que não vem brincar mais eu. Estou chamando, estou chamando. Estou cansado de chamar. Cadê meu irmão que não vem brincar mais eu.*

É assim. Interessante que em 74 a campanha da, quando estava todo aquele reboliço em torno da abertura, a possibilidade, a perspectiva da abertura, a campanha da fraternidade daquele ano tinha como slogan, onde está o teu irmão. E eu lembro que aquilo estava difundido nos outdoors da cidade, então era uma apunhalada no peito. Você olhar aquilo ali, onde está o teu irmão. Quer dizer, era o apelo direto para que, vai atrás, procura, vai, vai. E é isso. Isso cria um tipo de solidariedade da gente com a revolução, com aquilo que a gente entende por patriotismo, tudo, que não tem limite. Então para mim algumas coisas não ficam resolvidas, não estão resolvidas. Por exemplo, pode parecer extravagante, assim, eu não admito o Genoíno preso, o Zé Dirceu preso. Agora, o que é que tem, qual é o valor que tem o meu não querer? Mas o ímpeto é de pegar uma metralhadora e falar, não, não vai ficar preso não. O que é isso? Botar ordem. Alguma coisa desse tipo. É muito forte. Um apelo que vem lá de dentro. Isso não está resolvido. Que a gente vive hoje outros tempos, mas a solidariedade que a gente criou com o povo dessa época é de tal ordem que, tem aqui uma companheira do Partido presente, a Ieda, que chama Ieda porque o pai dela chama Iedo, que também nasceu na mesma época do Guilherme, o Iedo Fiúza. Eu lembro que o Programa CGC foi no dia da eleição divertir-se entregando uma revista de pornografia para o Genoíno como uma contribuição para que ele pudesse se masturbar durante o tempo em que ele ia ficar preso por conta do mensalão. Aquilo pegou como uma coisa de tal ordem que a companheira não teve dúvidas, foi lá, providenciou uma bandeira, nós mobilizamos um grupo de pessoas e de uma forma não muito social a gente sentou o pau, fez o Genoíno votar, sair e criou um caso eleitoral quase, mas assim, meu, ninguém vai fazer passar por uma humilhação dessas alguém que viveu a história do jeito que a gente conhece. É isso que eu acho. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Antes de encerrar, amanhã às duas horas lá no DOPS, às 14 horas, o livro do Dermi Azevedo, chama Travessias Torturadas, Direitos Humanos e Ditadura no Brasil. Dermi Azevedo. E hoje à noite, às nove horas o filme lá no cine Livraria Cultura. O filme sobre a Iara Iavelberg. Muito obrigado.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES** – Boa tarde. Não quero, eu acho que foi uma Audiência muito forte, como a gente imaginava, porque aqui estão os desaparecidos políticos, onde estão os desaparecidos políticos. Essa pergunta eu acho que é a que não quer calar durante toda essa sessão e a Comissão da Verdade tem que dar uma resposta. E eu queria então fazer uma proposta de encaminhamento. O caso da Rosana Momente apresentado aqui, a necessidade de reparação, inclusive econômica, muito presente na reivindicação dela, eu acho que isso aqui devia ter um breve relato onde fosse encaminhado inclusive para o Ministério da Justiça e para a Comissão da Anistia. Porque o caso da Rosana é um caso que ficou muito forte aqui hoje. A gente tem colocado várias vezes, acho que desde o primeiro momento, junto a Comissão Nacional e a Comissão Estadual, é necessário que se faça a retificação do atestado de óbito, porque o problema da Rosana é porque não tem um atestado de óbito que fale o dia que o pai foi assassinado. Então os órgãos públicos funcionam com aquela precisão, só que nós somos fruto de um estado de exceção. Só que isso tem que ser reparado e até hoje o caso dela não foi reparado.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Então vamos documentar, que segunda feira o Paulo Abraão está aí, vamos documentar.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES** – A Comissão tinha que ter um ofício, eu acho que tem que ter um ofício, porque não pode, a Comissão da Anistia tem que tratar e considerar que esse atestado de óbito ainda não foi retificado. Eu acho que tem a questão política da retificação do atestado de óbito. Nós queremos esclarecimento de cada desaparecido o que é que aconteceu, quando é que morreu, os agentes responsáveis. Mas tem uma questão prática. A pessoa não está podendo sobreviver em função disso, em função dessa história. Então eu acho que isso tem que ser feito. E a gente queria também aproveitar o momento, antes de encerrar, de estar convidando todas as pessoas que estão aqui e demais pessoas porque nós vamos estar fazendo a publicação da sentença que condena o Brasil, o Estado Brasileiro e que obriga o Estado Brasileiro a localizar os restos mortais e esclarecer as circunstâncias do assassinato não só dos guerrilheiros do Araguaia, mas como todos os desaparecidos. Essa sentença se estende a todos os desaparecidos aqui no Brasil. Então em breve nós, aqui é a capa da publicação, mas em breve nós vamos estar fazendo o lançamento dessa publicação. Então todos estão convidados. E muitos aqui, pelo menos o Igor e a Rosana Momento já vão fazer parte daquela semana que nós vamos estar organizando entre seis e 10 de maio ouvindo com o depoimento do que a gente chama das crianças. As crianças que de uma certa forma tiveram sua infância roubada e que hoje são adultos. Então é isso. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – A sessão está encerrada. Obrigado.

\* \* \*